

José Mattoso

Fazer a História, Repensar o Arquivo
Making History, Rethinking the Archive

CATÁLOGO
DA EXPOSIÇÃO
*CATALOGUE OF
THE EXHIBITION*

Arquivo Nacional
Torre do Tombo

22 abril-17 de junho
22 April-17 June
2025



José Mattoso

Fazer a História, Repensar o Arquivo
Making History, Rethinking the Archive

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO
CATALOGUE OF THE EXHIBITION

Arquivo Nacional Torre do Tombo

22 abril-17 de junho de 2025

22 April-17 June 2025

ORGANIZAÇÃO · ORGANISATION

Amélia Aguiar Andrade

Bernardo Vasconcelos e Sousa

João Luís Fontes

Luís Filipe Oliveira

LISBOA
2025

FICHA TÉCNICA · FRONT MATTER

EXPOSIÇÃO · EXHIBITION

Concepção, organização, produção e montagem · *Design, Organisation, Production, and Compilation*

Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH); Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional Torre do Tombo (DGLAB/ANTT); Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR).

Coordenação científica · *Scientific Coordination*

Amélia Aguiar Andrade (IEM-NOVA FCSH), Bernardo Vasconcelos e Sousa (IEM-NOVA FCSH), João Luís Fontes (IEM-NOVA FCSH) e Luís Filipe Oliveira (UALg; IEM-NOVA FCSH).

Coordenação técnica · *Technical Coordination*

José Furtado (DGLAB/ANTT) e Patrícia Ferreira (DGLAB/ANTT).

Conservação e restauro · *Conservation and Restoration*

Anabela Ribeiro (DGLAB/ANTT), Carla Lobo (DGLAB/ANTT) e Sónia Domingos (DGLAB/ANTT).

Tratamento arquivístico · *Archival Treatment*

Rosa Azevedo (DGLAB/ANTT), Manuela Maio (DGLAB/ANTT), Teresa Tremoceiro (DGLAB/ANTT).

Cedência de peças · *Provision of Exhibits*

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional Torre do Tombo (DGLAB/ANTT); Biblioteca Mário Sottomayor Cardia (NOVA FCSH); Campo Arqueológico de Mértola; Família de José Mattoso; Madalena Garcia.

Cedência de imagens · *Provision of Images*

Rota do Românico; Círculo de Leitores - Pedro Loureiro/Arquivo da Revista *Ler*; Arquivo da RTP.

Textos · *Texts*

Amélia Aguiar Andrade (IEM-NOVA FCSH), Bernardo Vasconcelos e Sousa (IEM-NOVA FCSH), João Luís Fontes (IEM-NOVA FCSH) e Luís Filipe Oliveira (UALg; IEM-NOVA FCSH).

Digitalização · *Digitalisation*

Anabela Ribeiro (DGLAB/ANTT) e Rui Pires (DGLAB/ANTT).

Design

Bruno Leal (UCP-CEHR).

Apoio · *Support*

CIDEHUS-UE.



Iniciativas financiadas por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos seguintes Projetos Estratégicos / Initiatives funded by national funds through FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the scope of the Strategic Projects: UID/00749, Instituto de Estudos Medievais; projeto UIDB/00057, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; projecto UID/04311, Centro de História da Universidade de Lisboa; projeto UIDB/00311/2025, Centro de História da Sociedade e da Cultura; projeto UIDB/04059 - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

CATÁLOGO · CATALOGUE

Coordenação · Coordination

Amélia Aguiar Andrade (IEM-NOVA FCSH), Bernardo Vasconcelos e Sousa (IEM-NOVA FCSH), João Luís Fontes (IEM-NOVA FCSH) e Luís Filipe Oliveira (UALg; IEM-NOVA FCSH).

Autores · Authors

Amélia Aguiar Andrade (IEM-NOVA FCSH), António Resende de Oliveira (CHSC-FLUC), Bernardo Vasconcelos e Sousa (IEM-NOVA FCSH), Filipe Alves Moreira (UAb; Instituto de Filosofia-FLUP), Hermenegildo Fernandes (CH-ULisboa-FLUL), Hermínia Vasconcelos Vilar (CIDEHUS-UÉ), Isabel Barros Dias (UAb; IELT-NOVA FCSH), João Luís Fontes (IEM-NOVA FCSH), José Augusto de Sottomayor-Pizarro (CITCEM-UP; Academia das Ciências de Lisboa), José Maria Salgado (DGLAB / ANTT), Leontina Ventura (CHSC-FLUC), Luís Carlos Amaral (CITCEM-FLUP), Luís Filipe Oliveira (UALg; IEM-NOVA FCSH), Madalena Garcia, Manuel Luís Real (CITCEM-FLUP; IEM-NOVA FCSH), Maria Adelaide Miranda (IEM-NOVA FCSH), Maria Filomena Andrade (UAb; UCP-CEHR), Maria Helena da Cruz Coelho (CHSC-FLUC), Maria João Branco (IEM-NOVA FCSH), Mário Jorge Barroca (CITCEM-FLUP), Sérgio Campos e Matos (CH-ULisboa-FLUL).

Cedência de Imagens · Supply of Images

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional Torre do Tombo (DGLAB/ANTT); Biblioteca Mário Sottomayor Cardia (NOVA FCSH); Campo Arqueológico de Mértola; Madalena Garcia; Rota do Românico; Círculo de Leitores/Pedro Loureiro – Arquivo da Revista *Ler*.

Edição · Publication

Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA FCSH); Centro de História (CH-ULisboa); Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC-FLUC); Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM-FLUP); Câmara Municipal de Mértola.

Apoio · Support: Fundação Calouste Gulbenkian.

Traduções · Translations: Jonathan Wilson | **Design e paginação · Design and pagination:** Marcel L. Paiva do Monte.

Imagem da capa · Cover image: Fotografia de José Mattoso (2010). © Foto de Pedro Loureiro / Arquivo da Revista *Ler*.

Depósito legal · Legal deposit: 550178/25 | **DOI:** <https://doi.org/10.34619/jrgy-hp1y>

ISBN

978-989-9228-05-4 (IEM-NOVA FCSH)

978-989-8970-94-7 (CITCEM-FLUP)

978-989-8640-19-2 (C. M. de Mértola)

978-989-8068-58-3 (CH-ULisboa)

e-ISBN

978-989-9228-06-1 (IEM-NOVA FCSH)

978-989-8970-95-4 (CITCEM-FLUP)

978-989-8640-20-8 (C. M. de Mértola)

978-989-8068-59-0 (CH-ULisboa)

Tiragem · Print Run: 500 exs. | **Impressão · Printing:** Artipol – Artes Gráficas.



Apoio · Support:





ÍNDICE · CONTENTS

APRESENTAÇÃO · PRESENTATION	7
I. FAZER A HISTÓRIA · MAKING HISTORY	
LEIS DE AFONSO II (1211) · THE LAWS OF AFONSO II (1211)	13
MARIA JOÃO BRANCO	
REGISTO DE GUIMARÃES OU LIVRO DO PADROM (1289) · REGISTER OF GUIMARÃES OR LIVRO DO PADROM (BOOK OF OFFICIAL RECORDS) (1289)	15
AMÉLIA AGUIAR ANDRADE	
MANDATO RÉGIO DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO III (1258, 22 DE ABRIL) ROYAL MANDATE FOR THE INQUIRIES OF D. AFONSO III (1258, 22 APRIL)	19
LEONTINA VENTURA	
NOTÍCIA DE TORTO (MENTIO DE MALEFACTORIA) [1214-1216] · REPORT OF A TORT (MENTIO DE MALEFACTORIA – “STATEMENT OF WRONGDOING”) [1214-1216]	21
ANTÓNIO RESENDE DE OLIVEIRA	
LIVRO DA TAXAÇÃO DE TODOS OS BENEFÍCIOS ECLESIASTICOS DO REINO DE PORTUGAL (1320-1321) · BOOK OF THE TAXATION OF ALL ECCLESIASTICAL BENEFICES OF THE KINGDOM OF PORTUGAL (1320-1321)	25
HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR	
LIVRO VELHO [1286-1295] · LIVRO VELHO (“OLD BOOK”) [1286-1295]	27
BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA	
LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO / ED. CRÍTICA DE JOSÉ MATTOSO (1980) “COUNT DOM PEDRO’S BOOK OF LINEAGES” / CRITICAL EDITION BY JOSÉ MATTOSO (1980)	31
JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO	
CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL (1429) · “THE SHORT CHRONICLE OF THE NATIONAL ARCHIVE” (1429)	33
FILIPE ALVES MOREIRA	
CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344 / ED. CRÍTICA DE LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA “THE GENERAL CHRONICLE OF SPAIN OF 1344” / CRITICAL EDITION BY LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA	37
ISABEL BARROS DIAS	
SENTENÇA-ARBITRAGEM ENTRE OS DOMINICANOS E OS FRANCISCANOS EM SANTARÉM (1261, 17 DE NOVEMBRO) · ARBITRATION JUDGMENT BETWEEN THE DOMINICANS AND THE FRANCISCANS OF SANTARÉM (1261, 17 NOVEMBER)	39
MARIA FILOMENA ANDRADE E JOÃO LUÍS FONTES	
HUGO DE FOILLOY, LIVRO DAS AVES E OUTROS ANIMAIS (1184) · HUGH OF FOILLOY, “BOOK OF BIRDS AND OTHER ANIMALS” (1184)	43
MARIA ADELAIDE MIRANDA	
FOROS E COSTUMES DE ALFAIATES [A. 1261] · DUES AND CUSTOMS OF ALFAIATES [b. 1261]	45
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO	

CARTA DE CONFIRMAÇÃO DE TERRA COUTADA E CARTA DE VENDA AO MOSTEIRO DE PENDORADA (1123) · CHARTER OF CONFIRMATION OF ENCLOSED LAND AND DEED OF SALE TO THE MONASTERY OF PENDORADA (1123)	49
LUÍS CARLOS AMARAL	
ALEXANDRE HERCULANO, HISTÓRIA DE PORTUGAL. DESDE O COMEÇO DA MONARQUIA ATÉ AO FIM DO REINADO DE AFONSO III. PREFÁCIO E NOTAS CRÍTICAS DE JOSÉ MATTOSO (1980) <i>ALEXANDRE HERCULANO, HISTORY OF PORTUGAL FROM THE BEGINNING OF THE MONARCHY TO THE END OF THE REIGN OF AFONSO III. PREFACE AND CRITICAL NOTES BY JOSÉ MATTOSO (1980)</i>	53
SÉRGIO CAMPOS E MATOS	
CENOTÁFIO DE EGAS MONIZ DE RIBA-DOURO [C. 1258] · CENOTAPH OF EGAS MONIZ FROM RIBA-DOURO [C. 1258]	55
MÁRIO JORGE BARROCA	
MOSTEIRO DO SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA · MONASTERY OF SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA	59
MANUEL LUÍS REAL	
JOSÉ MATTOSO, A HISTÓRIA CONTEMPLATIVA. ENSAIO (2020) <i>JOSÉ MATTOSO, CONTEMPLATIVE HISTORY. ESSAY (2020)</i>	61
HERMENEGILDO FERNANDES	
II. REPENSAR O ARQUIVO · RETHINKING THE ARCHIVE	
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS ECLESIÁSTICOS (S.D.) · CLASSIFICATION FRAMEWORK FOR MONASTIC FONDS (S.D.)	67
LUÍS FILIPE OLIVEIRA	
GUIA DE FONTES PORTUGUESAS PARA A HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA, VOL. 1 (1997) <i>GUIDE TO PORTUGUESE SOURCES FOR THE HISTORY OF LATIN AMERICA, VOL. 1 (1997)</i>	69
MADALENA ARRUDA GARCIA	
GUIA GERAL DOS FUNDOS DA TORRE DO TOMBO. VOL. 1: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (1998) <i>GENERAL GUIDE TO THE FUNDS OF THE TORRE DO TOMBO, VOL. 1: CENTRAL ADMINISTRATION (1998)</i>	73
JOSÉ MARIA SALGADO E BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA	
GUIAS DE EXPOSIÇÃO: GENEALOGIA E HERÁLDICA. FONTES DOCUMENTAIS DA TORRE DO TOMBO (1996); O ARQUIVO DA PIDE/DGS NA TORRE DO TOMBO (1997) <i>EXHIBITION GUIDES: GENEALOGY AND HERALDRY. DOCUMENTARY SOURCES FROM THE TORRE DO TOMBO (1996); THE ARCHIVE OF THE PIDE (“INTERNATIONAL AND STATE DEFENCE POLICE”)/DGS (“GENERAL DIRECTORATE OF SECURITY”) IN THE TORRE DO TOMBO (1997)</i>	75
BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA	
FOLHAS MANUSCRITAS DE APONTAMENTOS COM DESENHOS, DE JOSÉ MATTOSO (1959-1964) <i>HANDWRITTEN SHEETS OF NOTES WITH DRAWINGS, BY JOSÉ MATTOSO (1959-1964)</i>	79
AMÉLIA AGUIAR ANDRADE, BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA, JOÃO LUÍS FONTES, LUÍS FILIPE OLIVEIRA	
BIBLIOGRAFIA CITADA · BIBLIOGRAPHY OF WORKS CITED	83



APRESENTAÇÃO

Não foi esta a primeira exposição organizada para celebrar o legado de José Mattoso. Há cerca de um ano, já se havia promovido na Biblioteca Nacional uma mostra bibliográfica – *A espantosa realidade da História* –, com o propósito de recuperar e valorizar o essencial da sua produção historiográfica. Pretendeu-se ir agora um pouco mais longe e completar aquela evocação. A isso convidava, de resto, a instituição escolhida para esta iniciativa, a Torre do Tombo, que tivera em José Mattoso um dos seus antigos directores e que aceitou de pronto a proposta apresentada pelo Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH), que já se responsabilizara pela exposição anterior.

Com o título *José Mattoso: Fazer a História, Repensar o Arquivo*, procurou-se mostrar como a atividade de historiador esteve nele sempre ligada com a prática dos arquivistas e com as preocupações para renovar os arquivos e modernizar os métodos e as políticas de gestão e de conservação documentais. Tratou-se a primeira destas dimensões no núcleo inicial da exposição. Nele se reuniu um conjunto de diferentes testemunhos, documentais e iconográficos, reveladores da forma como José Mattoso fazia história e procurava compreender o passado medieval do reino. Das leis de Afonso II (1211) às primeiras inquirições régias, das memórias e das crónicas ao belo *Livro das Aves* do mosteiro do Lorvão, das imagens do túmulo de Egas Moniz e do mosteiro românico de Paço de Sousa à edição crítica dos *Livros de Linhagens*, ou da *História de Portugal* de Herculano, todos serviram de base à recuperação dos modos como ele renovou as leituras do passado, em estudos abertos à crítica e ao diálogo, quase sempre prontos a serem revistos e a receberem contributos doutros investigadores.

Documentou a segunda parte o seu papel na valorização e na modernização dos arquivos, recordando os cargos que assumiu como Coordenador da Comissão para a Reforma e a Reestruturação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1986), como fundador e primeiro Presidente do Instituto Português de Arquivos (1988) e, por fim, como Director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (1996-1998). Em todas estas funções, empenhou-se em valorizar o papel social dos arquivistas e dos arquivos, e contribuiu de forma decisiva para a definição de novas políticas e práticas na gestão, conservação e valorização dos seus acervos. Recuperaram-se aqui alguns dos testemunhos fundamentais da sua acção prática, dos quadros de classificação por ele elaborados para os fundos monásticos até aos inventários e às exposições documentais realizados sob a sua direcção ou orientação. Uns e outros sinalizam uma estratégia sistemática de estudo, compreensão, organização e divulgação dos fundos custodiados pelos arquivos públicos, de acordo com os critérios e as normas adoptados internacionalmente, tornando-os assim acessíveis aos investigadores e aos públicos mais diversificados.

O último núcleo integrou objectos e documentos oriundos do espólio pessoal de José Mattoso. No catálogo, reproduziram-se alguns dos desenhos e das anotações por ele registados em pequenos cadernos, resultantes das visitas feitas aos mosteiros que estudou, da leitura atenta dos documentos recenseados em vários arquivos, ou das velhas epígrafes encontradas *in situ* durante aquelas deslocações.

O percurso público de José Mattoso, enquanto intelectual, historiador e homem de cultura comprometido com o seu tempo, justifica também o amplo leque de instituições que se associaram a esta iniciativa – das universidades aos municípios e a outras entidades culturais –, assim como as quase duas dezenas de investigadores que generosamente contribuíram com os textos do presente catálogo. Todos

concorreram para uma mais profunda compreensão dos testemunhos nele incluídos e da relação destes com a obra e o percurso de José Mattoso.

Uma palavra de agradecimento, desde logo, à Torre do Tombo, tanto na pessoa do seu antigo Director, o Dr. Silvestre Lacerda, que acolheu com entusiasmo a iniciativa, como na do seu actual Director, o Dr. Luís Filipe Santos. A eles se associa, naturalmente, um conjunto ainda vasto de técnicos que aos mais diversos níveis apoiaram a Exposição, da coordenação técnica (Drs. José Furtado e Patrícia Ferreira) aos serviços da Conservação e Restauro (Dras. Anabela Ribeiro, Carla Lobo e Sónia Domingos) e de Tratamento Arquivístico (Dras. Rosa Azevedo, Manuela Maio e Teresa Tremeçoiro).

Também aos diversos centros de investigação que apoiaram a Exposição e a produção do presente Catálogo: o Instituto de Estudos Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora; o Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e o Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A estes, e muitos são, juntam-se o Município de Mértola e a Fundação Calouste Gulbenkian, que generosamente possibilitaram a impressão do catálogo, e as diversas entidades, ou particulares que, com peças ou imagens, valorizaram e enriqueceram a respectiva Exposição. Entre as primeiras, cumpre mencionar, para além da Torre do Tombo, o Campo Arqueológico de Mértola, a Rota do Românico, a Biblioteca Mário Sottomayor Cardia, da NOVA FCSH, o Círculo de Leitores e o Arquivo da Revista Ler. Entre os segundos, o fotógrafo Rui Loureiro, a Dra. Madalena Garcia e os familiares do Prof. José Mattoso.

Por último, os nossos agradecimentos aos Doutores Jonathan Wilson, Bruno Leal e Marcel L. Paiva do Monte, o primeiro pelo cuidado posto na tradução para inglês dos textos publicados, e os segundos pela qualidade dos materiais gráficos da Exposição e do Catálogo que agora se disponibiliza.

Amélia Aguiar Andrade
Bernardo Vasconcelos e Sousa
João Luís Fontes
Luís Filipe Oliveira

PRESENTATION

This is not the first exhibition dedicated to commemorating the legacy of José Mattoso. Approximately one year prior, a bibliographic exhibition entitled *A espantosa realidade da História* (“The Astonishing Reality of History”) was held at the National Library, aiming to recover and underscore the core contributions of his historiographical oeuvre. The present initiative seeks to extend and deepen this tribute. This objective is further supported by the choice of venue, the Torre do Tombo, an institution historically linked to José Mattoso as one of its former directors, which readily embraced the proposal put forth by the Institute of Medieval Studies (NOVA FCSH), the same body responsible for the earlier exhibition.

Titled *José Mattoso: Making History, Rethinking the Archive*, the exhibition aims to demonstrate the intrinsic connection between Mattoso's historiographical work and archival practice, emphasizing his commitment to the renewal of archival collections and the modernization of document management and conservation methodologies. The initial segment of the exhibition is focused on this first aspect, assembling a diverse array of documentary and iconographic materials that illustrate how José Mattoso constructed historical narratives and sought to comprehend the medieval history of the kingdom. These materials range from the laws promulgated by Afonso II (1211) and early royal inquiries, to memoirs and chronicles, and include the exquisite *Livro das Aves* ("Book of Birds") from the Monastery of Lorvão. Additionally, visual artifacts such as the tomb of Egas Moniz and the Romanesque Monastery of Paço de Sousa, alongside critical editions like the *Livros de Linhagens* ("Books of Lineages") and Herculano's *História de Portugal* ("History of Portugal"), collectively provide the foundation for exploring Mattoso's innovative approaches to historiography. His scholarship is characterized by openness to critical scrutiny and scholarly dialogue, consistently demonstrating a readiness to revise interpretations and incorporate contributions from fellow researchers.

The second section chronicles his contributions to the advancement and modernization of archival institutions, highlighting the key positions he occupied: Coordinator of the Commission for the Reform and Restructuring of the National Archive of Torre do Tombo (1986), founder and inaugural President of the Portuguese Institute of Archives (1988), and subsequently Director of the National Archives Institute/Torre do Tombo (1996-1998). Throughout these appointments, he consistently advocated for the enhancement of the social functions of both archivists and archival repositories, playing a pivotal role in shaping innovative policies and practices related to the management, preservation, and promotion of archival collections. This section also presents critical evidence of his practical interventions, including classification schemes developed for monastic archives and inventories and documentary exhibitions implemented under his leadership or supervision. These outputs collectively demonstrate a coherent and systematic approach to the study, organization, and dissemination of publicly held archival materials, aligned with internationally recognized standards and methodologies, thereby facilitating access for researchers and diverse audiences alike.

The last section includes objects and documents from José Mattoso's personal collection. The catalogue reproduces some of the drawings and notes he recorded in small notebooks, resulting from visits to the monasteries he studied, from careful reading of documents catalogued in various archives, or from old inscriptions found *in situ* during those trips.

The public career of José Mattoso as an intellectual, historian, and culturally engaged figure of his era substantiates the broad spectrum of institutions – ranging from universities to municipal bodies and other cultural organizations – that have aligned themselves with this initiative. Furthermore, the participation of nearly twenty researchers who have generously contributed to the texts in this catalogue has been instrumental. Collectively, their efforts have enhanced the critical understanding of the testimonies contained herein and their connection to the scholarly work and professional trajectory of José Mattoso.

First and foremost, we extend our sincere gratitude to the Torre do Tombo, particularly to its former Director, Dr. Silvestre Lacerda, whose enthusiastic support was instrumental to the initiative, and to its current Director, Dr. Luís Filipe Santos. Their efforts were complemented by a dedicated team of professionals who contributed to the exhibition across multiple domains, including technical coordination (José Furtado and Patrícia Ferreira), conservation and restoration (Anabela Ribeiro, Carla Lobo, and Sónia Domingos), and archival processing (Rosa Azevedo, Manuela Maio, and Teresa Tremeceiro).

We also wish to acknowledge the valuable support of various research centres that facilitated both the exhibition and the production of this catalogue: the Institute of Medieval Studies at the Faculty

of Social and Human Sciences, NOVA University of Lisbon; the Centre for Religious History Studies, Portuguese Catholic University; the Interdisciplinary Centre for History, Cultures and Societies at the University of Évora; the Transdisciplinary Research Centre ‘Culture, Space and Memory’ at the Faculty of Arts, University of Porto; the Centre for the History of Society and Culture at the University of Coimbra; and the Centre for History at the Faculty of Letters, University of Lisbon.

Additionally, our thanks are extended to the Municipality of Mértola and Calouste Gulbenkian Foundation, whose generous support enabled the printing of this catalogue, as well as to numerous institutions and individuals whose contributions – whether through loans of objects or images – significantly enhanced the exhibition. Among the institutions, special mention is due to the Torre do Tombo, the Mértola Archaeological Site, the Romanesque Route, the Mário Sottomayor Cardia Library at NOVA FCSH, the Círculo de Leitores, and the Archive of the magazine *Ler*. Among individual contributors, we recognize the photographer Rui Loureiro, Dr. Madalena Garcia, and the family of Professor José Mattoso.

Finally, we express our appreciation to Dr. Jonathan Wilson, Dr. Bruno Leal, and Dr. Marcel L. Paiva do Monte – Dr. Wilson for his meticulous translation of the published texts into English, and Drs. Leal and Paiva do Monte for the excellence of the graphic materials produced for both the exhibition and this catalogue.

Amélia Aguiar Andrade

Bernardo Vasconcelos e Sousa

João Luís Fontes

Luís Filipe Oliveira



FAZER A
HISTÓRIA

*MAKING
HISTORY*

q' n' h' no poue nas
casas de e. p. x. s. tal p. s.

theudos de tal causa deles leuare e seo fize se
um peidos en q'nhetos .ff. **Stabelegmto** como
no pousem nas **Casas ne nas casas dos d'ijos.**

Stabelegmto q' ne nos ne aqtes q' denos as
q'ras teuse ne moardomos no pousem nas
casas ne en casas dos d'ijos ne seia anos t'bu
rapos. as **Casas Regueiros** **Caq' q' coqra** q'
to f'z. fo p'm' o' d'egimto d'afido, comp'da acen
ta seia peido en mil .ff. **Eselho** no q' coqra poy
te q'mo denos tal. **Stabelegmto** d'iqtes q' podem

Mais achado asy como au as **hades** tal p'imo
adeante he contheudo por q' podera acateer
q' desto se segueira omegios. **Stabelegmto** q' se
algum q' ueda ou apenhorar sas q'ras possioes
q'ln acateer da p're de sa auoenga **Comu** q' ma
os ou puytos q' sas possioes q'ln acateer sem
da p're de sa auoenga q'ram conp'ay. **filhar** a
penhorar p' iusto p'co. **E defendem** q' ne huius ef
estranhos ne mais alongados da linha no conp'm
estas possioes ne nas tome apenhor. **Caq' q' al**
f'z. p'dera q'mo l'hi de se. **Esse opuyto** no q' se
se ou no pode se conp'ay polo iusto p'co. ou tomar
apenhor. **Emo aq' q' q' uender ueda, ob'gue o**
q' f'z. **E des'hi** adante seia as possioes do copra
do, no torne auoenga. **Esse o'cop'ador** q' s'
f'za de las pa senp' o'q'for sa uo'rade. **Enou'**
p're estabelece mos firmemet. q' qualq' home q'
q'for l'hi p' todo nosso **Reyno** filhe qual sente q' se
upios aqtes q' mo'ra nas **hades** alheas. **most'**
rametos cuos quares no deue au' ou'f' senhores
seio os senhores das **hades**. ou dos **testametos**

enos quares talos esto estabelece mos e ou
to'gameto de luy pedoe ental qo home luy
possa f'z de l'hy o'q' q'f. **Esse co'ra** esto algum
home nobr q' h' seia peido en q'nhetos .ff.

Esse ata atceya pea no se q' co'ra p'dera
q'mo ouu, seera de'rado da q'ra. **Stabelegmto**

Uetendo nos de'rar p'fo da **hufura** -
as maldades da nossa q'ra estabelecem
q' ne hui no'fso mo'rdomo ne no'fso conu'etu
al en q'mo teu no'fsa q'ra ou ouceca ou teu e
s'hy onosso au' en seu nome ou no no'fso no de
q'as a hufura pa sy ne pa ou'ite. **Esse p'uetuy**
pa algum conp'ra esta no'fsa de'fesa q' h' p'de
pa q'mo ouu. **Stabelegmto** p' d'io da sua q'

Pora q' asanha sooc **El'ey** da to' **sanha**
Acenhar q'ar o'cop'ado q' no pode ueer
de'ramt as causas. **Por** ende esta
belegemos q' se p'uetuyra no moymeto
do no'fso co'p'ado al'que **fulgarmos** mte ou q'
l'hi co'ra algum ne'ho tal sua seia p'togada
ata .xx. dias. **E des'hi** adante se'ra af'ria a
co'ratu'io seia nos e este conueos no **deuoray**
mos. **Stabelegmto** p' d'io do **matrimo.**

Pora q' os **matrimo**z deue affect. hui
os q' som p' p' ma no ha **ba** ama. fo
seu estabelece mos q' ne nos ne no'fso su
cessores no co'ste'ga ne hui pa sy **matrimo**
mo. **Stabelegmto** q' os **oucecaes** de l'hy q'

Pensamos p'ol do no'fso **faze** e **de'z** to'ro
Reyno en no'fsa saude. **Esse** estabele
ce mos q' ne hui q' no'fso ouceca seia con'e

ii q' ad'ha
p'ra q' m'
o' q' e' q' d'

Na Cop.
pag. 10.

ii q' n' h' u'
ad'ad' se'p'et
no de' d'io
a hufura

Na Cop.
pag. 12.

ii h'ndos a'p'p'au
ful'ra al'au
om'e am'ote
q' deue p' d'
p' d'io ata .xx
q'as

Na Cop.
pag. 14.

ii no'fso ne
su no' d'io
ca'ra de' l'ima

Na Cop.
pag. 15.

no'fso aq' q' q' ueda
au' uo'ra de'ra p'is. n' b'az
nos p'at'ee

LEIS DE AFONSO II (1211)

Insertas no *Livro das Leis e Posturas*, cópia do século XIV.

Manuscrito em pergaminho, escrito em português.

ANTT, *Leis e Ordenações, Núcleo Antigo 1*, fl. 3.

MARIA JOÃO BRANCO

IEM-NOVA FCSH

O documento patente nesta exposição é um dos três testemunhos tardios onde as primeiras leis de Afonso II estão preservadas. Apesar de apenas dispormos de cópias tardias, não se duvida da sua autenticidade. Promulgadas na Curia Régia que Afonso II mandou reunir em 1211, num contexto de instabilidade e guerra civil, destinavam-se a todos os súbditos do reino, constituindo, por isso, as primeiras “leis gerais” do reino de Portugal.

Consignam determinações de aplicabilidade geral e de natureza diversa, desde as leis que definem direitos e deveres dos grupos privilegiados, às que determinam o controle régio sobre determinadas atividades económicas, às que garantem os direitos individuais de homens livres não nobres, às que proibem os casamentos forçados ou que garantem a integridade física do homem comum face às ameaças dos privilegiados.

É uma das compilações de leis gerais mais precoces do Ocidente Medieval, senão a mais antiga conhecida.

José Mattoso debruçou-se com especial cuidado sobre este corpo de leis, em especial na sua obra *Identificação de um País*, reconhecendo através do estudo dos preâmbulos das leis, uma conceptualização já bem consolidada acerca do que deveria ser um rei ideal nesta época (MATTOSO 1985-1986: II, 89-90). Seria, contudo, na interpretação do significado do Prólogo que precede as leis, onde se dá conta do ambiente em que foram produzidas e das estratégias de legitimação utilizadas para tentar implementá-las, que a atenção crítica de José Mattoso acabaria por se centrar de forma mais aturada.

A interpretação de uma parte importante deste Prólogo, aquela onde se encontra uma frase que pode ser interpretada, ou como querendo significar que a legislação régia se deve sobrepor ao Direito Canónico, ou que o Direito Canónico deve ter sempre primazia face à vontade régia, deu origem a uma famosíssima polémica entre José Mattoso (adepto da primeira premissa) e o historiador do Direito Nuno Espinosa Gomes da Silva (defensor da segunda), nos anos entre 1988 e 1999. Até hoje podemos considerá-la como uma das mais eruditas e elegantes polémicas entre medievalistas portugueses, e seguramente um modelo de como um debate académico deve ser conduzido. Tendo dado origem a pelo menos três artigos (SILVA 1979; SILVA 1998; MATTOSO 1999a), nos quais procuravam rebater os argumentos um do outro, com uma erudição e uma crítica aprofundada, centrada na análise das lições patentes nos três testemunhos que sobreviveram, que impressiona pela seriedade com que foi levada a cabo. Além disso, é também uma lição sobre como o ofício de Historiador deve ser encarado e como o debate intelectual pode ser estimulante e criativo.

THE LAWS OF AFONSO II (1211).

Included in the *Book of Laws and Regulations*, fourteenth century copy.

Manuscript on parchment, written in Portuguese. ANTT, *Leis e Ordenações, Núcleo Antigo* 1, fl. 3.

MARIA JOÃO BRANCO

IEM-NOVA FCSH

The document exhibited here represents one of three extant late testimonies preserving the initial legal codifications promulgated under King Afonso II. Although only surviving in subsequent copies, the authenticity of these documents is beyond dispute. These laws were enacted at the Royal Council convened by Afonso II in 1211, amid a period marked by political instability and civil strife. They were intended to apply universally to all subjects within the realm, thereby constituting the first comprehensive “general laws” of the Kingdom of Portugal.

The statutes encompass a wide array of provisions with broad applicability, addressing diverse legal domains. These include regulations defining the rights and obligations of privileged social groups, mechanisms for royal oversight of certain economic activities, protections for the individual rights of free non-noble persons, prohibitions against forced marriages, and safeguards for the physical integrity of commoners against abuses by the privileged classes. This corpus stands among the earliest compilations of general laws in the medieval Western context, and may be considered the oldest surviving collection of its kind.

The historian José Mattoso conducted an especially detailed examination of this legal corpus, notably in his seminal work *Identificação de um País* (“Identification of a Country”). Through his analysis of the laws’ preambles, Mattoso identified a well-established contemporary conceptualization of the ideal monarch (MATTOSO 1985-1986: II, 89-90). However, his principal scholarly focus centered on interpreting the Prologue preceding the laws, which outlines the sociopolitical milieu in which they were produced and explicates the legitimizing strategies employed to facilitate their enforcement.

A particularly significant aspect of this Prologue is a contested passage that has been subject to divergent interpretations: it can be read either as asserting the supremacy of royal legislation over canon law, or conversely, as affirming the primacy of canon law over the monarch’s authority. This interpretive dispute catalyzed a notable academic debate between José Mattoso, who defended the former reading, and the legal historian Nuno Espinosa Gomes da Silva, who advocated for the latter, spanning from 1988 to 1999. This exchange remains one of the most erudite and refined scholarly controversies within Portuguese medieval studies and serves as an exemplary model of academic discourse.

Their debate produced at least three substantial articles (SILVA 1979; SILVA 1998; MATTOSO 1999a), wherein each author meticulously challenged the other’s arguments, focusing on a close textual and contextual analysis of the three surviving legal testimonies. The intellectual rigor and seriousness with which this discourse was conducted are particularly noteworthy. Moreover, this scholarly exchange exemplifies the historian’s craft and illustrates how intellectual debate can be both stimulating and creatively productive.

REGISTO DE GUIMARÃES OU LIVRO DO PADROM (1289)

Manuscrito, pergaminho, 138 fls.

ANTT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis*, liv. 5, fl. não numerado [rosto].

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
IEM-NOVA FCSH

Tal como demonstrou Luís Krus, o *Registo de Guimarães* ou *Livro do Padrom* resultou de um pedido de D. Dinis ao tabelião Pedro Domingues, em 1289, para copiar a documentação elaborada por Martim Martins em 1220 e conservada ainda na vila condal. Aquando da reforma manuelina da *Leitura Nova*, o códice foi alvo de uma profunda intervenção que o dotou, entre outras alterações, da página de rosto iluminada que aqui é exibida e de um índice. Integra um *corpus* documental conservado na Torre do Tombo de registos não coevos destes inquéritos, como o *Livro 1 de Inquirições de Afonso II* usado por Herculano na edição das *Inquisitiones nos Portugaliae Monumenta Historica* (HERCULANO 1888) e amplamente utilizada, desde então, pelo medievalismo português. José Mattoso, porém, era de opinião (MATTOSO 1983a: 181) que o conteúdo dos textos conservados e então publicados das Inquirições de 1220 ficava aquém do que podia ser encontrado nos registados durante vagas de inquéritos gerais dos reinados subsequentes, uma vez que as versões conservadas, por tardias, teriam sido expurgadas de informação importante. No entanto, valorizava as inquirições de 1220 como um elemento fundamental da acção inovadora de Afonso II e dos seus legistas, decorrente das cortes de 1211 e associável a outras medidas que visavam uma maior centralização burocrática e a afirmação da Coroa perante os poderes senhoriais concorrentes, tais como a implementação da prática de registo da Chancelaria, a exigência de confirmações e o fomento do enquadramento do reino por uma rede de tabeliães régios.

O estudo da terra de Santa Maria que José Mattoso coordenou e foi publicado em 1989 (MATTOSO, KRUS & ANDRADE 1989) veio iluminar um novo conhecimento sobre os testemunhos conservados, alargando a amplitude das áreas do reino abrangidas e sua consequente interpretação (cf. ANDRADE & FONTES 2015a e 2015b; *DOMINUS REX* 2020) e, realçando a importância e significado das intervenções da chancelaria de D. Dinis na conservação dos textos das inquirições de 1220. Posteriormente, o desenvolvimento do projecto *Regnum Regis* (ANDRADE et al. 2005-2008) veio permitir a elaboração de uma nova edição crítica das inquirições de 1220 (*Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série, *Inquisitiones*, no prelo).

n.º 77



D iuro
denquiricó
es dos **R**e
guégos do
tmo de g' tirad^{es}
no tpo d'ltre do
demis ~

L.º 5.º He o L.º de Inquisiç. de D. Affonso. 2.º
ainda se seguiu no d'vessa d'ora em 1777
com alguns artigos propozes, de 1777

REGISTER OF GUIMARÃES OR *LIVRO DO PADROM* (BOOK OF OFFICIAL RECORDS), (1289).

Manuscript, parchment 138 fls. ANTT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis*, (“Deeds of the Crown, Inquiries of King D. Dinis”), book 5, unnumbered folio [recto].

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE

IEM-NOVA FCSH

As Luís Krus has demonstrated, the *Registo de Guimarães* or *Livro do Padrom* originated from a directive issued by King Dinis in 1289, instructing the notary Pedro Domingues to transcribe documentation initially compiled by Martim Martins in 1220 and still extant in the county seat. During the Manueline reform known as the *Leitura Nova*, the codex underwent substantial modifications, including the addition of the illuminated title page reproduced here and the insertion of an index. This manuscript forms part of a broader documentary corpus housed in the Torre do Tombo, comprising records that are not contemporaneous with the original inquiries, such as *Livro 1 de Inquirições* of Afonso II, utilized by Alexandre Herculano in his edition of the *Inquisitiones* for the *Portugaliae Monumenta Historica* (Herculano 1888), and frequently consulted by scholars of Portuguese medieval history.

José Mattoso, however, contended (MATTOSO 1983a: 181) that the extant and subsequently published texts of the 1220 inquiries represent only a partial record of the original documentation. He argued that these later versions were likely subjected to a process of expurgation, resulting in the loss of significant content when compared to the more comprehensive records produced during the general inquiries of later reigns. Nevertheless, Mattoso regarded the 1220 inquiries as a pivotal expression of the legal and administrative innovations introduced by Afonso II and his jurists – developments that stemmed from the reforms initiated at the *Cortes* of 1211. These inquiries were closely tied to broader measures aimed at strengthening bureaucratic centralisation and asserting royal authority over competing seigneurial powers, including the institutionalisation of chancery record-keeping, the requirement of documentary confirmation, and the establishment of a network of royal notaries across the kingdom.

The study of the *terra de Santa Maria*, coordinated by Mattoso and published in 1989 (MATTOSO, KRUS & ANDRADE 1989), offered new insights into the preserved testimonies, expanding the geographical and interpretive scope of the 1220 inquiries (see ANDRADE & FONTES 2015a and 2015b; DOMINUS REX 2020). This research underscored the critical role played by King Dinis’s chancery in safeguarding these textual records. More recently, the *Regnum Regis* project (ANDRADE et al. 2005-2008) has facilitated the preparation of a new critical edition of the 1220 inquiries, to be published in the new series of the *Portugaliae Monumenta Historica* (*Inquisitiones*, forthcoming).

In nomine x. p. m. c. l. x. f. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 841. 842. 843. 844. 845. 846. 847. 848. 849. 850. 851. 852. 853. 854. 855. 856. 857. 858. 859. 860. 861. 862. 863. 864. 865. 866. 867. 868. 869. 870. 871. 872. 873. 874. 875. 876. 877. 878. 879. 880. 881. 882. 883. 884. 885. 886. 887. 888. 889. 890. 891. 892. 893. 894. 895. 896. 897. 898. 899. 900. 901. 902. 903. 904. 905. 906. 907. 908. 909. 910. 911. 912. 913. 914. 915. 916. 917. 918. 919. 920. 921. 922. 923. 924. 925. 926. 927. 928. 929. 930. 931. 932. 933. 934. 935. 936. 937. 938. 939. 940. 941. 942. 943. 944. 945. 946. 947. 948. 949. 950. 951. 952. 953. 954. 955. 956. 957. 958. 959. 960. 961. 962. 963. 964. 965. 966. 967. 968. 969. 970. 971. 972. 973. 974. 975. 976. 977. 978. 979. 980. 981. 982. 983. 984. 985. 986. 987. 988. 989. 990. 991. 992. 993. 994. 995. 996. 997. 998. 999. 1000.

MANDATO RÉGIO DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO III 1258, 22 DE ABRIL

Manuscrito, pergaminho.

ANTT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III*, Liv. 9, fl. 47v.

LEONTINA VENTURA

CHSC-FLUC

A decisão de Afonso III de proceder a inquirições gerais em todo o Portugal acima do Mondego está ancorada numa semelhante medida de seu pai concretizada em 1220 e que teve como resultado um cadastro da propriedade e dos direitos régios. A noção clara das grandes transformações económicas e sociais, que haviam provocado a crise política de 1245 e que esta adensou, exortou-o a repetir o processo, agora alargado geograficamente. Reorganizar o domínio régio e impedir a propagação do regime senhorial eram os pressupostos de novas inquirições gerais em 1258.

Para tanto, o Rei reclamava o conhecimento de todos os seus direitos – de reguengos, padroados de igrejas, honras e coutos, herdades de cavaleiros e de ordens. E exigia esclarecimento sobre o que ganharam – de forma legítima ou ilegal – ou compraram as Ordens, em cada lugar, durante o reinado de seu irmão Sancho II.

As inúmeras respostas dadas por um cortejo sem fim de jurados, divididos por cinco alçadas, são muito diversas no seu conteúdo e na sua extensão, mas revelaram-se ser uma fonte absolutamente excepcional e imprescindível para o estudo da nossa história medieval: económica ou social, administrativa ou político-jurídica, paroquial ou toponímica.

Já em 1981, José Mattoso considerava as Inquirições como matéria-prima para o estudo sistemático da nobreza medieval (MATTOSO 1981a) e, logo depois, em 1982, 1986 e 1989, prossegue com a publicação de trabalhos modelares – com a colaboração de alguns dos seus discípulos – sobre as terras de Aguiar de Sousa (MATTOSO, KRUS & BETTENCOURT 1982), Paços de Ferreira (MATTOSO, KRUS & ANDRADE 1986) e Santa Maria (MATTOSO, KRUS & ANDRADE, 1989), respectivamente, revelando que eram uma fonte essencial para a caracterização do Norte senhorial, o estudo do grupo nobiliárquico e a avaliação do exercício do poder régio numa perspectiva feudal e senhorial. O persistente e inovador questionamento e interpretação por ele feito às respostas dos jurados abriu caminho a resultados extremamente enriquecedores. Em 1993, na História de Portugal, declarava esse “imenso e minucioso inquérito um dos mais impressionantes monumentos da documentação medieval” (MATTOSO 1993b). Em 2001, num ensaio de história política em que centrava o triunfo da monarquia portuguesa entre 1258 e 1264, fazia coincidir a primeira data com a realização das Inquirições, que considerava como uma das medidas de maiores consequências no plano da organização do Estado e um dos mais firmes pontos de partida da centralização monárquica e do seu reconhecimento social (MATTOSO 2001).

O precoce reconhecimento que na sua obra teve da primordial importância das Inquirições permitiu a José Mattoso investigá-las com minúcia e extrair para a História de Portugal não só amplos e inovadores temas que estudou a fundo, mas também assegurar-lhes um longo porvir através da Escola que formou.

ROYAL MANDATE FOR THE INQUIRIES OF D. AFONSO III (1258, 22 APRIL).

Manuscript, parchment. ANTT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III* (“Deeds of the Crown, Inquiries of King D. Afonso III”), Book 9, fl. 47v.

LEONTINA VENTURA

CHSC-FLUC

King Afonso III’s decision to initiate general inquiries across the territories of Portugal north of the Mondego River was inspired by a precedent set by his father in 1220. That earlier initiative had yielded a systematic register of properties and royal prerogatives. The political crisis of 1245 – triggered and intensified by profound economic and social transformations – underscored the necessity for renewed and expanded investigations. Thus, in 1258, Afonso III undertook a more extensive inquiry with the dual objective of reorganising the royal domain and curbing the expansion of feudal structures.

To this end, the Crown sought detailed information regarding all royal rights and entitlements – crown lands, ecclesiastical patronages, seigniories (*honras*), exempt estates (*coutos*), as well as lands held by knights and military orders. Particular scrutiny was directed at the acquisitions – lawful or otherwise – made by these orders during the reign of Afonso’s brother, King Sancho II.

The voluminous and heterogeneous responses, compiled by an extensive cohort of jurors divided into five territorial divisions, represent an exceptional and indispensable *corpus* for the study of Portugal’s medieval past. These inquiries constitute a rich source of data across a wide array of domains – economic, social, administrative, juridical, parochial, and toponymic.

As early as 1981, José Mattoso recognised the heuristic potential of the Inquiries as foundational material for a systematic investigation of medieval Portuguese nobility (MATTOSO 1981a). This insight culminated in a series of seminal publications – in 1982, 1986, and 1989 – produced in collaboration with his students, focusing respectively on the territories of Aguiar de Sousa (MATTOSO, KRUS & BETTENCOURT 1982), Paços de Ferreira (MATTOSO, KRUS & ANDRADE 1986), and Santa Maria (MATTOSO, KRUS & ANDRADE 1989). These studies not only highlighted the *Inquiries*’ critical role in reconstructing the socio-political landscape of the seigneurial North but also served to elucidate the nature of noble power and its intersection with royal authority.

Mattoso’s persistent and innovative interrogation of the jurors’ testimonies yielded profoundly insightful results. In his 1993 contribution to *História de Portugal*, he described the 1258 Inquiries as “one of the most impressive monuments of medieval documentation” (MATTOSO 1993b). Later, in a 2001 essay on the political history of the Portuguese monarchy’s consolidation between 1258 and 1264, he explicitly linked the Inquiries to the broader project of state formation, portraying them as one of the most consequential instruments for monarchical centralisation and social legitimation (MATTOSO 2001).

Mattoso’s early recognition of the Inquiries’ historiographical value not only enabled a detailed and nuanced exploration of their contents but also laid the groundwork for enduring scholarly engagement. Through the academic school he established, he ensured that these sources would continue to inform and shape historical inquiry into Portugal’s medieval past for generations to come.

NOTÍCIA DE TORTO (*MENTIO DE MALEFACTORIA*), [1214-1216]

Manuscrito, pergaminho.

ANTT, *Ordem de São Bento, Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 2, n.º 40.

ANTÓNIO RESENDE DE OLIVEIRA
CHSC-FLUC

Na segunda década do séc. XIII a língua vulgar adquire visibilidade acrescida através da escrita, em diferentes tipos de textos em prosa e em verso: desde a bem conhecida *Notícia de Torto*, em que Lourenço Fernandes da Cunha descreve atentamente os danos causados ao seu património pelos filhos de Gonçalo Ramires, até ao primeiro cantar trovadoresco produzido no noroeste peninsular, *Ala u nazq la Torona*, que mescla o galego-português com a língua occitânica, ou à narrativa sobre o segundo casamento de Urraca Mendes de Bragança com Soeiro Pais de Paiva, de cronologia próxima se aceitarmos que foi redigida pelo trovador João Soares de Paiva (MATTOSO 1983d: 47 e 63).

Surgindo já, muito esparsamente, em finais do século anterior, estes textos de carácter literário e narrativo parecem ter adquirido uma maior circulação a partir deste momento, desvendando-nos a situação de crise vivida pelo meio nobiliárquico português no contexto das alterações familiares resultantes da tentativa de manutenção do poder senhorial adquirido. Optando pelo sistema linhagístico e alterando o regime matrimonial (MATTOSO 1985-1986: I, 204-208), o meio nobiliárquico viu-se a braços com os resultados das profundas mudanças que acompanharam o aparecimento das linhagens: afastamento do matrimónio dos filhos mais novos e da mulher, com esta a casar com parcimónia e a acolher-se aos mosteiros femininos, aumento dos bastardos, hierarquização masculino/feminino no acesso ao património familiar e, no caso masculino, com valorização dos filhos mais velhos, reforço de fenómenos de violência em ligação com o rapto da mulher, etc.

É este descontrolado mundo local e familiar que molda o galego-português até aos anos setenta, em centenas de textos que marcam um primeiro momento importante da sua afirmação (MATTOSO 1993b: 263-264). As funções da escrita terão sido, no entanto, diversas. Na *Notícia de Torto*, perante a indicação exhaustiva dos estragos sofridos, talvez estivesse mais focada no seu pagamento (MATTOSO 1982: 224-226); na canção trovadoresca oferecia-se como parte do ritual de convocação da dona ao lugar do qual desertara; na narrativa, enfim, “escondia” a negatividade associada a segundos casamentos femininos (MATTOSO 1983d: 47).

REPORT OF A TORT (*MENTIO DE MALEFACTORIA* - “STATEMENT OF WRONGDOING”) [1214-1216].

Manuscript, parchment. ANTT, *Ordem de São Bento, Mosteiro do Salvador de Vairão* (“Order of St. Benedict, Monastery of Salvador de Vairão”) bundle 2, n.º 40.

ANTÓNIO RESENDE DE OLIVEIRA
CHSC-FLUC

During the second decade of the 13th century, the vernacular language began to acquire greater prominence in written form, manifesting across various genres of prose and verse. This development is evidenced by texts such as the *Notícia de Torto*, wherein Lourenço Fernandes da Cunha meticulously documents the damages inflicted upon his estate by the sons of Gonçalo Ramires; the earliest known troubadour lyric from the northwestern Iberian Peninsula, *Ala u nazq la Torona*, which exhibits a hybrid use of Galician-Portuguese and Occitan; and the narrative concerning the second marriage of Urraca Mendes de Bragança to Soeiro Pais de Paiva – likely authored by the troubadour João Soares de Paiva and datable to the same period (MATTOSO 1983d: 47, 63).

Whereas such literary and narrative productions appeared only sporadically toward the close of the 12th century, from the early 13th century onward, they become more frequent, reflecting the profound sociopolitical transformations affecting the Portuguese nobility. These texts provide insight into the crises provoked by the reconfiguration of aristocratic families attempting to preserve their feudal authority. The adoption of a lineage-based system and modifications to matrimonial customs (MATTOSO 1985-1986: I, 204-208) engendered significant structural shifts: the marginalisation of younger sons and women from inheritance, reduced marital opportunities for women – many of whom entered religious life – an increase in illegitimacy, and a growing emphasis on male primogeniture. These dynamics also contributed to heightened social violence, notably through the abduction of women.

This fragmented and turbulent familial landscape profoundly shaped the character of Galician-Portuguese textual culture up to the 1270s, yielding hundreds of compositions that signify a formative stage in its literary consolidation (MATTOSO 1993b: 263-264). The purposes of writing during this period were multifaceted. In the *Notícia de Torto*, the detailed account of damages suggests an intent oriented toward restitution (MATTOSO 1982: 224-226); in troubadour poetry, writing operated within the symbolic framework of courtly summons; while narrative texts often served to obscure or mitigate the social stigma attached to women’s second marriages (MATTOSO 1983d: 47).

	¶ Eccliam de agrella	ad viginti	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} yppoliti	ad ducentas	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} juliani	ad triginta	libris
	¶ Eccliam s ^{te} eulacie	ad viginti, quinq ^{ue}	libris
+	¶ Monastium s ^{ti} tyssi	ad octo milia	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} iacobi	ad triginta	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} placy de camapci	ad viginti	libris
+	¶ Monastium de ayonce cordub	ad centum, quing ^{uaginta}	libris
	¶ Commune p ^{ro} curator ^{um}	ad viginti, quinq ^{ue}	libris
	¶ Eccliam s ^{te} estine		
	¶ Eccliam de valle ex uno subiecta s ^{oni} de fundum ad decem		libris
	¶ Eccliam s ^{ti} ay de Segueria	ad quadraginta	libris
	¶ Eccliam de ay de Segueria		
	¶ Eccliam de duob ^{us} calys	ad quingenta	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} andree de solpado	ad viginti	libris
+	¶ Monastium de Bardenoma	ad ducentas, ungu ^{nta} , quinq ^{ue}	libris
+	¶ Monastium de Cui	ad quatuor, centis	libris
	¶ Eccliam de Bathan	ad septuaginta	libris
	¶ Eccliam de aqua	ad septuaginta, sex	libris
	¶ Eccliam de Venonosa	ad viginti, quinq ^{ue}	libris
nt	¶ Eccliam s ^{ti} placy de p ^{ro} p ^{ri} a	ad triginta	libris
nt	¶ Eccliam de Cardina	ad quadraginta	libris
	¶ Eccliam de asora	ad quingenta	libris
	¶ Eccliam de vilanova	ad viginti, quinq ^{ue}	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} saluatoris de castillaes	ad septuaginta	libris
	¶ Eccliam de buetepes	ad viginti	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} placy de casalib ^{us}	ad sexaginta	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} ioh ^{annis} de hesperia	ad quingenta	libris
	¶ Eccliam de Gaudelaces	ad viginti, sex	libris
	¶ Eccliam de Buerp ^{ro} mas	ad centum	libris
	¶ Eccliam de lougado	ad viginti, quinq ^{ue}	libris
	¶ Eccliam de penamason	ad septuaginta	libris
	¶ Eccliam de yaleres	ad centum, quingenta	libris
	¶ Eccliam de loayes	ad quingenta	libris
	¶ Eccliam de fepeson	ad quingenta	libris
	¶ Eccliam s ^{ti} maronis de dussup ^{er}	ad viginti, quinq ^{ue}	libris

¶ semas p^{ro}curator^{um}
 s^{on} d^{omi}n^o 7^{mo} 7^{no}
 u^{er}o d^{omi}n^o 11^{mo}

~~¶ Eccliam de ay de Segueria~~

¶ s^{on} d^{omi}n^o 7^{mo} 7^{no}

¶ s^{on} d^{omi}n^o 7^{mo} 7^{no}

¶ s^{on} d^{omi}n^o 7^{mo} 7^{no}

¶ s^{on} d^{omi}n^o 7^{mo} 7^{no}

LIVRO DA TAXAÇÃO DE TODOS OS BENEFÍCIOS ECLESIÁSTICOS DO REINO DE PORTUGAL, 1320-1321

Manuscrito, pergaminho, 48 fls.
ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, livro 3, fl. 4v.

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR
(Universidade de Évora – CIDEHUS)

A 7 de novembro de 1320, Raimundo Ebrard, bispo de Coimbra, e Jean de Solerio, cónego de Hereford, faziam publicar no Porto uma bula do papa João XXII, segundo a qual era concedido ao rei D. Dinis, em resposta a um seu pedido, a décima dos benefícios eclesiásticos das igrejas de Portugal, destinando-a à luta contra o corso liderado pelos muçulmanos e que assolava as costas do sul de Portugal.

A publicação desta bula legitimava assim o processo de taxaço que deu origem à elaboração da chamada “Lista de Igrejas” de 1320-1322, cuja memória foi preservada, nomeadamente, através de cópias conservadas nos arquivos do mosteiro da Santa Cruz de Coimbra e da Sé de Coimbra.

A riqueza da informação aí recolhida, bem como o carácter único dessa mesma informação, no quadro da documentação sobrevivente para este período, determinou a sua utilização recorrente por diferentes autores bem como a sua tradução para português num período mais recente.

José Mattoso foi um dos historiadores que recorreu e estudou esta “Lista”.

Na sua obra *Identificação de um país*, José Mattoso recuperou as informações aí incluídas para, em conjunto com dados provenientes de fontes produzidas, na sua maioria, nos séculos XIII e XIV e dados coligidos em outros estudos, estabelecer uma visão comparativa da importância dos núcleos urbanos (MATTOSO1985-1986). As cidades enumeradas nesta análise eram então entendidas como elementos centrais no processo de coesão do reino, embora, tal como refere José Mattoso, se destaque desde cedo, a afirmação de um eixo central e ordenador do território, o qual unia as cidades de Lisboa e Porto, passando ainda por Santarém e Coimbra.

Assim, e embora sem descurar a importância dos dados coligidos para o conhecimento da rede eclesiástica e religiosa das primeiras décadas do século XIV que a Lista proporciona, Mattoso atendeu à importância comparativa dos dados que uma fonte com a abrangência territorial desta, permitia.

A Lista de Igrejas de 1320-21 enquadrava-se, sem dúvida, neste processo de *Composição* que José Mattoso caracterizou no Volume II da *Identificação*.

Os valores apurados e diligentemente registados constituíam uma fonte de interesse para múltiplos protagonistas, com destaque para a Igreja, mas sobretudo para o monarca, destinatário final da cobrança que viesse a ser realizada.

BOOK OF THE TAXATION OF ALL ECCLESIASTICAL BENEFICES OF THE KINGDOM OF PORTUGAL (1320-1321)

Manuscript, parchment, 48 fls.

ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra* (“Chapter of the Cathedral of Coimbra”), book 3, fl. 4v.

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

Universidade de Évora – CIDEHUS

On 7 November 1320, Raimundo Ebrard, Bishop of Coimbra, and Jean de Solerio, Canon of Hereford, promulgated in Porto a papal bull issued by Pope John XXII. This bull granted King D. Dinis, in response to his petition, the right to levy a tithe on ecclesiastical revenues from the churches of Portugal, with the funds earmarked for financing the struggle against Muslim-led corsairs which were devastating the southern coastline.

The promulgation of this bull served to legitimise the subsequent taxation procedure, which culminated in the compilation of the so-called *List of Churches of 1320-1322*. Copies of this document have been preserved in the archives of the Monastery of Santa Cruz and the Cathedral of Coimbra. Owing to the richness and singularity of the information it contains – particularly in the context of extant documentary sources from the period – the *List* has been repeatedly consulted by scholars and was eventually translated into Portuguese.

Among the historians who engaged with this source was José Mattoso, who analysed the *List* in his seminal work *Identificação de um país* (“Identification of a Country”). Drawing upon this document alongside other sources primarily from the thirteenth and fourteenth centuries, as well as data from complementary studies, Mattoso developed a comparative framework for assessing the significance of urban centres (Mattoso 1985-1986). His analysis highlighted the central role of these cities in fostering territorial cohesion within the kingdom. Moreover, he identified a principal axis of organisation extending from Lisbon to Porto, intersecting with the cities of Santarém and Coimbra.

While recognising the *List*’s considerable value in elucidating the ecclesiastical and religious infrastructure of early fourteenth-century Portugal, Mattoso also underscored its broader utility. The territorial breadth of the data enabled a nuanced comparative assessment of regional importance. As he argued in Volume II of *Identificação*, the *List of Churches of 1320-1321* constitutes a vital component of the compositional process (*Composição*) through which the kingdom was structured.

The fiscal figures recorded in the *List* attracted interest from various stakeholders – most notably the Church – but ultimately served the interests of the Crown, which was the intended beneficiary of the revenue thus raised.

LIVRO VELHO [1286-1295]

Manuscrito, papel, 118 fls.

ANTT, *Genealogias Manuscritas*, 21-E-24, fl. 1.

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA

IEM-NOVA FCSH

Dos três nobiliários medievais portugueses que chegaram até nós, o chamado “Livro Velho” é o mais antigo, escrito entre 1286 e 1295. Só o conhecemos através de cópias posteriores ao século XVII, tendo sido a sua edição crítica publicada por Joseph Piel e José Mattoso, em 1980, na Nova Série dos *Portugaliae Monumenta Historica* da Academia das Ciências de Lisboa (*LIVROS VELHOS* 1980). Ao longo dos anos, Mattoso não deixou de visitar este nobiliário, procurando afinar elementos centrais da sua transmissão textual, como a autoria e a data de produção.

O autor é desconhecido, tendo Luís Krus, discípulo de Mattoso e na senda deste, proposto que se trataria provavelmente de um clérigo ligado ao mosteiro beneditino de Santo Tirso. O mesmo Luís Krus inseriu o contexto da elaboração do “Livro Velho” na precisa conjuntura de reacção senhorial contra a política de centralização régia levada a cabo por D. Dinis. Tal política conheceu um dos seus pontos altos em 1284, através do lançamento de inquirições gerais à propriedade e às prerrogativas nobiliárquicas no Norte do reino. Com esta iniciativa o rei pretendia combater a abusiva expansão territorial e jurisdicional dos senhores nas suas principais regiões de implantação (KRUS 1994).

No “Prólogo” eram apresentadas as cinco linhagens nobres consideradas primordiais (Sousa, Maia, Riba Douro, Baião e Bragança), aí se afirmando que foram elas que “andarom a la guerra a filhar o reino de Portugal”. Desta forma se destacava o seu papel nas batalhas da Reconquista e se dava a primazia à velha nobreza senhorial, remetendo para um plano inferior a acção conquistadora dos monarcas.

Do que terá sido a versão original completa do “Livro Velho” só chegou até nós o que constituiria cerca de um terço do texto. Temos o Título referente aos Sousa na íntegra e apenas uma parte do referente aos da Maia. Mas a orientação definida no “Prólogo” e o tratamento que é dado a estas duas linhagens não deixam dúvidas acerca do que Luís Krus considerou ser “a visão monástico-senhorial de um Portugal Ibérico e rural” patente neste nobiliário (KRUS 1994: 57). A esta luz, as informações contidas no “Livro Velho” não só constituem uma fonte de conhecimento para a composição da nobreza, como são também de uma enorme relevância para o estudo da ideologia senhorial portuguesa nos finais do século XIII.

LIVRO VELHO (“OLD BOOK”) [1286-1295].

Manuscript, paper, 118 fls.

ANTT, *Genealogias Manuscritas* (“Manuscript Genealogies”), 21-E-24, fl. 1.

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA

IEM-NOVA FCSH

Among the three extant medieval Portuguese nobility registers, the *Livro Velho* (“Old Book”) is the earliest, having been composed between 1286 and 1295. The original manuscript has not survived; our knowledge of the text derives solely from post-seventeenth-century copies. A critical edition, edited by Joseph Piel and José Mattoso, was published in 1980 as part of the *Nova Série* of the *Portugaliae Monumenta Historica*, under the auspices of the Lisbon Academy of Sciences (*LIVROS VELHOS* 1980). Over the subsequent decades, Mattoso continued to engage with the *Livro Velho*, refining scholarly understanding of key aspects of its textual history, particularly its authorship and the circumstances of its production.

Although the author remains unidentified, Luís Krus – a student of Mattoso and a scholar following in his wake – has argued that the text was likely compiled by a cleric associated with the Benedictine monastery of Santo Tirso. Krus contextualized the composition of the *Livro Velho* within the broader socio-political climate of a feudal backlash against King Dinis’s efforts at royal centralization. One of the most significant moments of this policy occurred in 1284, with the initiation of general inquiries into land ownership and noble privileges in northern Portugal. These inquiries were part of the monarch’s strategy to curb the territorial and jurisdictional encroachments of the nobility in their traditional strongholds (KRUS 1994).

The Prologue of the *Livro Velho* identifies five noble lineages – Sousa, Maia, Riba Douro, Baião, and Bragança – as the principal families, asserting that it was they who “went to war to found the kingdom of Portugal.” This statement underscores their role in the *Reconquista* and privileges the older seigneurial aristocracy, while simultaneously diminishing the contributions of the monarchy to the process of territorial consolidation.

Only approximately one-third of what is presumed to have been the original *Livro Velho* has survived. The section concerning the Sousa lineage is extant in its entirety, while the account of the Maia family exists only in fragmentary form. Nevertheless, the ideological orientation articulated in the Prologue and the treatment accorded to these two lineages substantiate Krus’s interpretation of the text as reflecting a “monastic-seigneurial vision of an Iberian and rural Portugal” (KRUS 1994: 57). From this perspective, the *Livro Velho* serves not only as a genealogical source but also as a critical document for understanding the ideological foundations of seigneurial identity in late thirteenth-century Portugal.

PORTVGALIÆ
MONVMENTA
HISTORICA

A SÆCVLO OCTAVO POST CHRISTVM
VSQVE AD QVINTVMDECIMVM
IVSSV ACADEMIÆ SCIENTIARVM OLISIPONENSIS
EDITA

NOVA SÉRIE

VOLUME II/1

LIVRO DE LINHAGENS
DO CONDE D. PEDRO

Edição crítica

por

JOSÉ MATTOSO



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

LISBOA . 1980

LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO

Ed. crítica de José Mattoso.

Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

CITCEM-FLUP; Academia das Ciências de Lisboa

Como ocorreu com outros historiadores da sua geração, ou que mais de perto o influenciaram, o estudo do mundo monástico conduziu-o, “de forma quase inexorável”, para o estudo da nobreza, pela ligação umbilical que unia muitos daqueles cenóbios às principais linhagens locais ou regionais, muitas delas responsáveis pelas suas fundação ou refundação a partir de meados do século XI e ao longo da centúria seguinte.

Não se estranhará assim que, depois dos seus estudos sobre Alpendorada ou do monaquismo cluniacense na diocese portuense, pelos anos de 1950 e de 1960 (MATTOSO 1962; MATTOSO 1968), tenha publicado dois trabalhos que se podem considerar seminais para o conhecimento do grupo aristocrático portugalense entre os séculos IX e XII, através da reconstituição genealógica d’*As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI* (MATTOSO 1968-1969), e d’*A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII* (MATTOSO 1969). Trabalhos que, para além do contributo inexcusável para o conhecimento daquele grupo, até então muito pouco ou nada estudado para cronologias tão recuadas, revelaram as enormes potencialidades da genealogia, “instrumento operativo” depois muito utilizado por vários dos seus discípulos.

Foi a partir dessa altura, pelo que sei, que voltou a atenção para os textos genealógicos medievais portugueses, conjunto excepcional e publicado pela primeira vez por Alexandre Herculano, na íntegra, na série de *Scriptores* (1856-1860), dos *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH). Como resultado natural, pela segunda metade da década de 1970 publicou dois trabalhos, que de alguma forma anunciavam a sua intenção de os reeditar – *Os livros de linhagens portuguesas e a literatura genealógica europeia da Idade Média* (MATTOSO 1976) e *As fontes do Nobiliário do conde D. Pedro* (MATTOSO 1977). Reedição que preparou desde 1978 e acontece em 1980, com o apoio do filólogo alemão Joseph-Maria Piel, através da Academia das Ciências de Lisboa, com o que também se promoveu o relançamento dos PMH, numa Nova Série (*LIVROS VELHOS* 1980; *LIVRO DE LINHAGENS* 1980).

Nessa ocasião, José Mattoso fez um metucioso registo das várias cópias existentes, tarefa particularmente complicada com o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, o mais extenso dos três e aquele que foi objecto de uma maior divulgação ao longo da Idade Média, o que explica um elevado número de cópias dos séculos XV e XVI espalhadas por inúmeras bibliotecas europeias. Com o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro de Linhagens do Deão*, os três textos, editados de forma crítica, com a organização do texto de forma lógica e com índices muito completos, puderam finalmente ser utilizados com o maior proveito e segurança.

Edição que, como José Mattoso assumiria mais tarde, necessita de actualizações, sobretudo pelo aparecimento de novas cópias ou do cotejo de outras então inacessíveis. Mas, para além de alguns ajustes, a edição de 1980 ficará para sempre na nossa memória historiográfica: primeiro, por disponibilizar, de forma crítica e fíavel, três das fontes genealógicas mais importantes dos séculos XIII e XIV europeus; depois, porque teve consequências muito visíveis ao nível dos estudos sobre a nobreza medieval portuguesa até meados do século XIV, quer pelo número quer pela qualidade, graças às bases genealógicas mais seguras para o desenvolvimento de vários tipos de trabalhos. A publicação dos três livros de linhagens por José Mattoso, em 1980, sem dúvida que deverá ser olhada como uma das mais importantes contribuições daquele ilustre Historiador.

LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO ("COUNT DOM PEDRO'S BOOK OF LINEAGES").

Critical edition by José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

CITCEM-FLUP; Academia das Ciências de Lisboa

Like many historians of his generation, and particularly those who exerted the most direct influence upon him, José Mattoso's engagement with monasticism naturally led – almost inevitably – to a deeper investigation of the aristocracy. This transition was largely due to the intrinsic connection between numerous monasteries and the dominant local or regional noble lineages, many of which had played a foundational or re-foundational role in these religious institutions from the mid-eleventh century onward and into the subsequent century.

It is, therefore, unsurprising that following his seminal studies on the Monastery of Alpendorada and on Cluniac monasticism within the diocese of Porto during the 1950s and 1960s (MATTOSO 1962; 1968), Mattoso proceeded to publish two pivotal works that significantly advanced our understanding of the aristocratic class in Porto between the 9th and 12th centuries. These are *As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI* ("The Counts of Portucale in the 10th and 11th centuries") (MATTOSO 1968-1969) and *A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII* ("The Rural Nobility of Porto in the 11th and 12th centuries") (MATTOSO 1969). Beyond enriching the scholarship on a group that had previously received scant attention for such an early period, these works also underscored the methodological utility of genealogy as an analytical tool – an approach that would later be extensively adopted by his academic followers.

From this period onwards, Mattoso began to turn his scholarly attention to medieval Portuguese genealogical texts – a remarkable *corpus* first comprehensively published by Alexandre Herculano in the *Scriptores* series (1856-1860) of the *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH). This shift in focus culminated in two major studies in the latter half of the 1970s, which signaled his intention to prepare a new edition of these texts: *Os livros de linhagens portuguesas e a literatura genealógica europeia da Idade Média* ("The Portuguese Books of Lineages and European Genealogical Literature of the Middle Ages") (MATTOSO 1976), and *As fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro* ("The Sources of the Nobility of Count D. Pedro") (MATTOSO 1977). Work on this re-edition began in earnest in 1978 and was brought to completion in 1980, with the support of German philologist Joseph-Maria Piel and under the auspices of the Lisbon Academy of Sciences, which also facilitated the relaunch of the PMH under a *Nova Série* (*LIVROS VELHOS* 1980; *LIVRO DE LINHAGENS* 1980). In this new edition, Mattoso undertook a meticulous codicological analysis of the extant manuscript witnesses, a particularly demanding task in the case of the *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* – the longest and most widely disseminated of the three, with a proliferation of 15th- and 16th-century copies housed in libraries across Europe. Together with the *Livro Velho de Linhagens* and the *Livro de Linhagens do Deão*, these three texts were critically edited, reorganized for greater coherence, and accompanied by exhaustive indexes, thus allowing scholars to engage with them more effectively and securely than ever before. Although Mattoso himself would later recognize the need to update the edition – especially in light of newly identified manuscripts or others that had previously been inaccessible – the 1980 publication remains a landmark in Portuguese historiography. First, it made available in a critical and reliable form three of the most significant genealogical sources from thirteenth- and fourteenth-century Europe. Second, it had a profound and lasting impact on the study of the Portuguese medieval nobility up to the mid-14th century, both by enhancing the empirical foundations for genealogical research and by fostering a notable increase in both the quantity and quality of related studies. The publication of these three books of lineages by José Mattoso in 1980 must, without doubt, be regarded as one of his most consequential scholarly contributions.

CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL

(1429)

Manuscrito, pergaminho.

ANTT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III*, livro 4, fl. 6v.

FILIPE ALVES MOREIRA

Universidade Aberta; IF-FLUL

José Mattoso não dedicou estudos específicos à chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Apesar disso, e de algumas observações frágeis ou posteriormente revistas, levantou questões relevantes. Desde logo, são insustentáveis as datações que aponta. Começou por atribuir-lhe a de 1391 (MATTOSO 1976). Situou-a, depois, no tempo de D. Pedro I (MATTOSO 1993b), ou afirmou, simplesmente, que foi redigida no século XIV (MATTOSO 1993a). A primeira assenta numa leitura equivocada do próprio texto, que se diz feito na «Era que ora corre do nascimento de nosso sennor Jeshu christo de 1429», o que se confirma, entre outros aspetos, pela análise das fontes. Este erro tinha antecedentes noutros estudiosos e podia dever-se também ao facto de o último rei mencionado ser D. Dinis.

A principal preocupação de José Mattoso não foi, porém, situar nem relacionar a redação da crónica com o seu contexto. Viu-a como exemplo do discurso historiográfico da corte régia e analisou a sua tipologia. Perante a escassez de historiografia reconhecidamente produzida na corte, facto que causava surpresa, interpretou o esquematismo da *Crónica Breve* como reflexo dessa carência e, por isso, da falta de investimento dos monarcas na construção da sua própria memória, tarefa que, segundo ele, estaria delegada nos crúzios.

Mais frutíferas, e reveladoras da riqueza e amplitude do seu olhar capaz de ir além de aparentes imediatismos, são as restantes observações. José Mattoso aponta flagrantes semelhanças textuais entre esta crónica e algumas obras portuguesas e castelhanas dos séculos XIII e XIV, hipotetizando a existência de pelo menos um escrito consagrado expressamente à família real, anterior a meados de duzentos e depois sucessivamente ampliado na corte – dado que, apesar de não ter sido depois explorado, permitiria pôr de remissa o quadro geral previamente traçado. Quanto à caracterização do texto, defende que possa ser considerado uma crónica apesar da sua brevidade, pelo tipo de informações que contém. Pouco frequente entre os da sua geração, esta atenção à formalização textual merece também destaque.

Esta memoria da dca Dey que foyom destee Regno de portugal e do algarue de o comeco do Conde dom. in. m. q. ataa esta presente Era que oia com donacimeto de nosso seior ihu xpo de mil e quatrocentos e vinte e nove anas. Igual memoria se deu a proll por q. murtas uezee mostam pante el Rey nosso seior e pante os seos huzes alguas doatees Couturas e pnyas q. fazem empuzo de dize e oustas da coroa de Regnae. fazendo taace cartae de doatees e pnyas menco q. foyom outorgadae per huu Rey. O q. ll. segudo adada dessa esptura. ja Era finado Era tyar estae diuidae aprouentam murtas estae erie. Por q. em ellae faz menco q. ndo cada huu Rey come cou de regnar e q. ndo se finou e onde jaz sepultado. Estae erie foyom esptae certamente sabendose p. meyo auerdade do q. em ellae he contheudo: de q. ee aqui som esptae na maneyra q. se segue. E per ellae logo se p. sabz a esptura que nom for uerdadeira

Onde dom. in. q. que foy casado com a d. m. ha dona Darysa a som filha de el Rey dom. affon de castella. Este conde dom. in. q. se finou em estorga do Regno de lion. E jaz sepultado na see da Igreja de braga. E finouse no ditto logar de storga na Era de mil e cento e cinquenta anas

Amaden
in Amaden
moriana

El Rey dom. afonso am. q. foy filho do sobz ditto Conde dom. am. q. e da d. m. ha dona Darysa. Este Rey foy casado com a d. m. ha dona ma. faldia filha do Conde dom. afon de moliana filho de el Rey dom. afonso de castela. Couue della este filha. Offant dom. sancho. Cassante: dona Dyma que foy casada co. el Rey dom. fernando de castela. Cassante dona Darysa q. foy casada co. o conde de ffrancee. Este Rey naceo na Era de mil e cento e tynta e doze anas. E finouse em a cidade de coimbra seie diae de dezembro. Era de mil e quatrocentos e vinte e doze anas. E asy foy sua vida nouenta e huu anas. E jaz sepultado no seu moest. de santa quz. da dita cidade de coimbra q. eu fundou e acalou a asua aista.

CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL ("THE SHORT CHRONICLE OF THE NATIONAL ARCHIVE") (1429).

Manuscript, parchment. ANTT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III*
("Deeds of the Crown, Inquiries of King D. Afonso III"), book 4, fl. 6v.

FILIPE ALVES MOREIRA

Universidade Aberta; IF-FLUL

José Mattoso did not undertake any dedicated studies of the text known as the *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Nevertheless, despite offering only tentative or subsequently revised observations, he posed several pertinent questions. Chief among these is the issue of dating, where his proposals prove to be problematic. Initially, he ascribed the composition of the text to the year 1391 (MATTOSO 1976). He later associated it with the reign of King Pedro I (MATTOSO 1993b), and at another point, he more generally placed it within the fourteenth century (MATTOSO 1993a). The first of these datings appear to result from a misinterpretation of the chronicle's own statement, which explicitly situates its composition in the year 1429 ("the era now running from the birth of our Lord Jesus Christ in 1429"). This internal evidence, supported by source analysis, undermines the earlier dating. The error, however, is not unique to Mattoso and may stem from the fact that the last monarch mentioned in the text is King Dinis.

Mattoso's primary focus, however, did not lie in establishing the historical context or situating the composition of the chronicle. Rather, he approached the text as a manifestation of the historiographical discourse emanating from the royal court, emphasizing its typological characteristics. In light of the notable paucity of historiographical production within the courtly milieu, he interpreted the schematic nature of the *Crónica Breve* as symptomatic of a broader institutional disinterest in the cultivation of royal memory. In Mattoso's view, this function was largely delegated to the Canons Regular of Santa Cruz de Coimbra (the *crúzios*).

More insightful, and indicative of the depth and scope of his analytical perspective – which was capable of transcending surface-level readings – are other observations he made. Notably, Mattoso identified significant textual parallels between the *Crónica Breve* and several Portuguese and Castilian works from the thirteenth and fourteenth centuries. On this basis, he proposed the hypothesis of an earlier text, possibly composed prior to the mid-thirteenth century and subsequently expanded within the court, which may have focused specifically on the royal family. Although this hypothesis was not pursued in depth, it offers a framework for contextualizing the chronicle within a broader historiographical tradition.

With regard to the nature of the text itself, Mattoso contended that, despite its brevity, the work merits classification as a chronicle by virtue of the type of historical information it conveys. His attentiveness to textual form – a quality not commonly emphasized by his contemporaries – is likewise deserving of recognition.



**CRÓNICA GERAL
DE ESPANHA
DE 1344**

I

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344

Ed. crítica Luís Filipe Lindley Cintra.
Vol. 1. Lisboa: INCM, 2009 [1ª ed., 1951].

ISABEL BARROS DIAS

UAb; IELT-NOVA FCSH

Nos primeiros anos da década de setenta do século XX, quando José Mattoso dá início à sua carreira académica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Luís Filipe Lindley Cintra já aí era professor catedrático havia cerca de 10 anos. Os seus percursos de vida tinham sido diferentes e, em termos científicos, o ponto de vista de um partia da História, enquanto o outro se centrava na Filologia, porém, as trajetórias de ambos cruzam-se, inevitavelmente, no interesse partilhado pelos Estudos Medievais e na capacidade que tiveram para sair das respetivas zonas de conforto, aventurando-se pelos caminhos da interdisciplinaridade.

Em 1989, na Rúbrica “Diálogo” da revista *Penélope. Fazer e Desfazer História*, saiu uma entrevista de José Mattoso a Lindley Cintra. Nestas poucas páginas sobressaem os interesses que os dois intelectuais tinham em comum. Apesar de no final dos anos 90 José Mattoso já ter o seu renome e a posição académica bem firmados na Universidade Nova de Lisboa, transparece neste diálogo uma atitude de grande admiração. Nas suas palavras, a entrevista deve ser entendida como “uma homenagem prestada por historiadores à decisiva contribuição que ele [Lindley Cintra] deu para a renovação da historiografia portuguesa desde o princípio da década de 1950” (CINTRA & MATTOSO 1989: 64), sublinhando, em seguida, a importância dos estudos linguísticos, sociolinguísticos e da crítica textual para uma adequada aproximação aos textos medievais.

A entrevista percorre diferentes vertentes do trabalho científico e da ação cívica de Cintra, mas centra-se, invariavelmente, nos interesses comuns a ambos. Do conjunto dos temas abordados, destaca-se precisamente a importância da edição textual e da interdisciplinaridade na investigação sobre a Idade Média. A grande obra de Lindley Cintra, a edição da *Crónica de 1344* e respetivo estudo (CINTRA 1951; ed., 1954, 1961, 1990 e 2009), mais do que um trabalho de Crítica Textual, é uma investigação global, na interseção da Linguística, da Literatura, da História e da História da Língua medievais. Por seu turno, José Mattoso fez incursões na Crítica Textual e na Literatura, nomeadamente, ao editar o *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* (LIVRO DE LINHAGENS 1980), o autor da *Crónica de 1344*, identificado por Lindley Cintra; ao estudar a gesta de Egas Moniz (MATTOSO 1983c); ou quando destacou e classificou os relatos de carácter mais ficcional ou literário incluídos nos livros de linhagens (MATTOSO 1983d). Como o próprio afirmou: “O grande mérito de Lindley Cintra foi apoiar os seus trabalhos de crítica textual sobre um sólido conhecimento do contexto e da factologia históricas. Creio ter percorrido o caminho inverso com algum resultado.” (MATTOSO 1999c: 580).

Voltando à entrevista, José Mattoso faz aqui questão de destacar o contributo inestimável da edição e estudo da *Crónica de 1344*, que revolucionou o panorama da história da historiografia portuguesa, valorizando ainda a identificação das lendas sobre a batalha de Ourique (a épica e a monástica) e respetiva evolução (CINTRA 1957), estudo que lançou as bases para a subsequente investigação sobre as dimensões ideológicas destes relatos, especialmente a sua valência fundacional. Em contrapartida, o Filólogo elogia os benefícios da complementaridade disciplinar: “Chega a impressionar-me a mim próprio ver depois os historiadores contemporâneos a apontar para coisas que eu não tinha descoberto mas que estavam implicadas naquilo que eu tinha vindo a descobrir, ou que apenas insinuava, porque nunca tive tendência para afirmações categóricas.” (CINTRA & MATTOSO 1989: 77).

CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344 **(“THE GENERAL CHRONICLE OF SPAIN OF 1344”).**

Critical edition by Luís Filipe Lindley Cintra.
Vol. 1. Lisboa: INCM, 2009 [1st ed., 1951].

ISABEL BARROS DIAS

UAb; IELT-NOVA FCSH

In the early 1970s, when José Mattoso commenced his academic career at the Faculty of Letters of the University of Lisbon, Luís Filipe Lindley Cintra had already held a professorship there for approximately a decade. Their academic trajectories had followed distinct paths – Mattoso’s scholarly orientation was rooted in historical analysis, whereas Lindley Cintra’s expertise lay in philology. Nonetheless, their intellectual pursuits converged through a mutual engagement with medieval studies and a shared willingness to transcend disciplinary boundaries in the pursuit of interdisciplinary inquiry.

In 1989, the *Penélope. Fazer e Desfazer História* journal published an interview by José Mattoso of Lindley Cintra, within the “Dialogue” section. This exchange illuminated the significant commonalities in their academic interests. Although by the late 1990s Mattoso had secured a prominent academic standing at the Universidade Nova de Lisboa, the tone of the dialogue is marked by profound respect and admiration. Mattoso explicitly characterizes the interview as “a tribute by historians to the decisive contribution that [Lindley Cintra] made to the renewal of Portuguese historiography since the early 1950s” (CINTRA & MATTOSO 1989: 64), and underscores the central role of linguistic, sociolinguistic, and textual-critical methodologies in the rigorous analysis of medieval sources.

The interview traverses several dimensions of Lindley Cintra’s scholarly and civic endeavours, but consistently emphasizes the intellectual concerns they held in common. Among the most salient themes are the significance of textual editing and the necessity of interdisciplinary approaches in medieval studies. Lindley Cintra’s *magnum opus* – his edition and study of the *Crónica de 1344* (CINTRA 1951; eds. 1954, 1961, 1990, and 2009) – is exemplary not merely as a work of textual criticism, but as a comprehensive scholarly enterprise situated at the intersection of linguistics, literary studies, history, and the evolution of the Portuguese medieval language. Similarly, José Mattoso’s contributions include forays into philological and literary domains, most notably through his edition of the *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LIVRO DE LINHAGENS 1980) – whose authorship was identified by Lindley Cintra – as well as his analyses of the deeds of Egas Moniz (MATTOSO 1983c) and his classification of fictionalized narratives within genealogical compilations (MATTOSO 1983d). As Mattoso himself noted, “Lindley Cintra’s great merit was to base his textual criticism on a solid knowledge of the historical context and facts. I believe I have taken the opposite approach, with some success” (MATTOSO 1999c: 580).

Returning to the 1989 interview, Mattoso underscores the transformative impact of Lindley Cintra’s edition and study of the *Crónica de 1344*, which he credits with reshaping the landscape of Portuguese historiography. This work also facilitated further exploration of the legends surrounding the Battle of Ourique – both in their epic and monastic variants – and their subsequent ideological development (CINTRA 1957), laying the groundwork for later investigations into their foundational narrative significance. In turn, Lindley Cintra expresses appreciation for the insights yielded by disciplinary convergence, stating: “It impresses me to see contemporary historians pointing to things that I had not discovered but which were implied in what I had been discovering, or which I had only hinted at, because I never had a tendency to make categorical statements” (CINTRA & MATTOSO 1989: 77).

SENTENÇA-ARBITRAGEM ENTRE OS DOMINICANOS E OS FRANCISCANOS DE SANTARÉM

1261, 17 DE NOVEMBRO, SANTARÉM

Manuscrito, pergaminho, 480 x 590 mm.
ANTT, *Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Santarém*,
1ª incorporação, maço 1, n.º 2.

JOÃO LUÍS FONTES
IEM – NOVA FCSH

MARIA FILOMENA ANDRADE
UAb; UCP-CEHR

Por diversas vezes, José Mattoso afirmou-se sobretudo como investigador da vida monástica e do mundo rural em que esta se desenvolveu, numa cronologia que raramente ultrapassou as primeiras décadas de Trezentos. Ainda assim, pertencem-lhe dois estudos fundamentais para o conhecimento e a problematização da implantação mendicante no reino medieval português. O primeiro em 1982, no contexto das comemorações antonianas, quando tentou definir “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas” (MATTOSO 1982a). Claramente influenciado pelo inquérito proposto por Jacques Le Goff para o contexto francês, José Mattoso demonstra a procura de dominicanos e franciscanos pelos maiores núcleos urbanos, reflectindo sobre as fases da sua implantação, mas também sobre os problemas que as acompanham, na relação com os diversos poderes da cidade e com as gentes destas, que em regra os acolhem com entusiasmo.

É também a partir deste colóquio, onde Frei António do Rosário dá a conhecer e publica a sentença de 1261 sobre os conflitos entre dominicanos e franciscanos, que José Mattoso voltará à temática dos mendicantes, numa fina análise deste importante diploma, cuja tradução também disponibiliza. Num texto que intitula “Estratégias de pregação no século XIII”, demonstra como, por detrás do motivo que despoleta o conflito – a tutela dos Dominicanos sobre um grupo de mulheres que viviam voluntariamente em reclusão na rua que ligava os três conventos mendicantes de Santarém –, se adivinhavam as lógicas de implantação dos distintos conventos e a definição das respetivas áreas de influência, na disputa de públicos urbanos e dos espaços e tempos de pregação (MATTOSO, 1985). Na verdade, apesar da regulamentação pontifícia que definia espaços mínimos entre os vários conventos, esta revelava-se insuficiente para conter a evangelização de muitos dos que se encontravam “na margem”, como é o caso das mulheres e de outros que se acercavam dos frades para pedirem apoio e deles receber benesses materiais e espirituais. O caso de Santarém é, assim, paradigmático das potencialidades e das dificuldades associadas a uma fase de clara expansão e consolidação da presença mendicante nas cidades portuguesas, bem como do seu efetivo sucesso, tanto junto dos seus habitantes como dos diversos poderes. A começar pelos monarcas, facto que justifica, aliás, a intervenção de Afonso III para resolver o conflito e a solenidade de que se reveste a sentença.

Handwritten text in a dense, cursive script, likely a medieval manuscript. The text is arranged in multiple columns across the page, with some lines appearing to be part of a larger section or heading. The script is dark and well-preserved, though some ink bleed-through is visible from the reverse side of the page. The text appears to be a form of Latin or a related medieval language, possibly a legal or administrative document given the context of the binding.



ARBITRATION JUDGMENT BETWEEN THE DOMINICANS AND THE FRANCISCANS OF SANTARÉM (1261, 17 NOVEMBER, SANTARÉM).

Manuscript, parchment, 480 x 590 mm.

ANTT, *Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Santarém*, (“Order of Preachers, Monastery of São Domingos de Santarém”), 1st incorporation, bundle 1, n.º 2

JOÃO LUÍS FONTES
IEM-NOVA FCSH

MARIA FILOMENA ANDRADE
UAb; UCP-CEHR

On multiple occasions, José Mattoso distinguished himself primarily as a scholar of monastic life and the rural environment in which it evolved, with his research typically focusing on a chronology that seldom extended beyond the early decades of the fourteenth century. Nonetheless, he authored two seminal studies that significantly advanced the understanding and critical examination of the establishment of the mendicant orders within the medieval Portuguese kingdom.

The first of these contributions emerged in 1982, during the commemorations of Saint Anthony, where Mattoso sought to delineate “*The Social and Economic Context of the First Franciscan Foundations*” (MATTOSO, 1982a). Heavily influenced by Jacques Le Goff’s analysis of the French context, Mattoso explores the Dominicans’ and Franciscans’ preference for larger urban centres, offering reflections on the various stages of their establishment as well as the socio-political tensions that arose from their interactions with civic authorities and urban populations, who largely received them with enthusiasm.

This thematic interest resurfaced during the same colloquium, which saw Friar António do Rosário present and publish the 1261 ruling concerning disputes between the Dominicans and Franciscans. In response, Mattoso provided a rigorous analysis and translation of this significant document. In his study entitled “*Preaching Strategies in the 13th Century*” (MATTOSO, 1985), he interrogates the underlying dynamics of a conflict ostensibly centred on Dominican oversight of a group of devout women living in voluntary seclusion along the street connecting Santarém’s three mendicant convents. His analysis reveals broader tensions concerning the spatial and institutional distribution of mendicant influence, as well as the competition for access to urban audiences, spaces, and preaching schedules.

Despite papal regulations stipulating minimum distances between convents, these measures proved inadequate to fully mediate the expansive evangelical activities of the friars, particularly among marginalized groups, such as women and others seeking both spiritual guidance and material assistance. The case of Santarém thus emerges as paradigmatic of both the opportunities and challenges faced by the mendicant orders during this period of rapid urban expansion and institutional consolidation. It also illustrates their growing influence, not only among the urban populace but also across various spheres of authority – including royal power – underscored by King Afonso III’s intervention in the conflict and the formal solemnity of the resulting verdict.

p exemplum bone opationis paupibus
 presentat. De quibusdam uero tam uolu-
 cribus quam animalibus que ad exe-
 plum morum diuina scriptura commé-
 morat: quam cicius potero breuiter as-
 signare temptabo



Qum scribere illiterato debeam: nō
 miretur diligens lector si ad edificatio-
 nem illiterati de subtilibus simplicia
 dicam. Nec imputet leuitati quod ac-



**HUGO DE FOILLOY,
LIVRO DAS AVES E OUTROS ANIMAIS
(1184)**

Manuscrito, pergaminho, 221 x152 x 41 mm, 90 fls.
ANNT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, Códice 5, fl. 4.

MARIA ADELAIDE MIRANDA
IEM-NOVA FCSH

A História Medieval de Portugal de José Mattoso deixou-nos uma visão renovada do passado e permitiu reescrever a História da Arte deste período (MATTOSO 1993b). A sua interpretação económica e social do Românico português ofereceu a possibilidade de contextualizar e comparar a produção artística com cronologias entre crises e momentos de desenvolvimento. Mas o contributo de José Mattoso para a História de Arte e particularmente para a arte da iluminura e imagem medieval foi imenso, deixando-nos surpreendentes e admiráveis apreciações do objecto artístico e chamando a atenção para novas abordagens.

Em 1999, no texto para o catálogo da exposição *A Iluminura em Portugal: identidade e Influências* sobre “O imaginário da iluminura medieval” (MATTOSO 1999b), destacou a importância do ornamento vegetal e do mundo natural em geral, conceptualizando a sua utilização, no sentido que Eric Palazzo irá designar por teologia do ornamento, numa publicação de 2024. É exactamente acerca das imagens do *Livro das Aves* e da sua interpretação simbólica, que esta sua ideia se expressa claramente: “Tal foi o caso de Hugo de Foilloy, autor do chamado *Livro das Aves*, cujos quatro exemplares conservados em Portugal parecem mostrar a predilecção com que entre nós foi lido por monges e clérigos. (...) a função simbólica torna-se patente quando coloca as aves dentro de círculos ou debaixo de um arco, entre colunas, como se não pensasse propriamente em aves deste mundo, mas nos seus arquétipos eternos, à maneira das ideias platónicas” (MATTOSO 1999b: 31).

Em 2016, no “Prologus” ao catálogo de uma outra exposição, *A Bíblia Medieval: do Românico ao Gótico (sécs. XII-XIII)*, José Mattoso interpreta o fenómeno artístico medieval a partir da História das Sensibilidades, abordagem igualmente pioneira entre nós. Nele refere a importância de se recorrer a métodos intuitivos: “Para isso é preciso cultivar o belo, recorrer às estratégias do coração, entregar-se à fruição do prazer estético, escutar a ressonância dos cânticos antigos. Por estes caminhos, procuramos a vibração do passado e não tanto a sua compreensão” (MATTOSO 2016: 5). Tiveram, pois, os historiadores de arte o privilégio de ter José Mattoso como mestre, não só através das novas concepções da História, mas também pela forma como acompanhou, sempre atento e disponível, a investigação e a divulgação das suas actividades.

HUGH OF FOILLOY, *BOOK OF BIRDS AND OTHER ANIMALS* (1184).

Manuscript, Parchment, 221 x 152 x 41 mm, 90 fls.

ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão* (“Cistercian Order, Monastery of Lorvão”), Codex 5, fl. 4.

MARIA ADELAIDE MIRANDA

IEM-NOVA FCSH

José Mattoso’s *História Medieval de Portugal* (1993b) offered a renewed perspective on the Portuguese medieval period, significantly reshaping the historiographical foundations of art history for this era. His socio-economic interpretation of Romanesque art in Portugal provided a critical framework for contextualising artistic production within broader temporal dynamics – namely, between periods of crisis and growth. Mattoso’s contributions to the field of art history, particularly regarding illuminated manuscripts and medieval visual culture, were both profound and far-reaching. His analyses brought to light previously overlooked artistic objects and introduced innovative methodological approaches that enriched the discipline.

In his 1999 essay for the exhibition catalogue *A Iluminura em Portugal: identidade e influências*, Mattoso explored the thematic dimensions of ‘O imaginário da iluminura medieval’ (“The Imagery of Medieval Illumination”), emphasising the symbolic and conceptual significance of vegetal ornamentation and representations of the natural world. He anticipated, in essence, the notion that Eric Palazzo would later articulate as the “theology of ornament” (2024). This line of thought finds compelling expression in Mattoso’s interpretation of the *Book of Birds* (*Liber Avium*) and its symbolic iconography: “Such was the case with Hugo de Foilloy, author of the so-called *Book of Birds*, whose four extant copies preserved in Portugal suggest the enthusiasm with which it was read by monks and clergy among us. (...) The symbolic function becomes clear when he places the birds inside circles or beneath arches, between columns, as though he were not referring to birds of this world, but to their eternal archetypes, in the manner of Platonic ideas” (MATTOSO 1999b: 31).

Further expanding his historiographical innovation, Mattoso’s 2016 ‘Prologus’ to the catalogue of the exhibition *A Bíblia Medieval – do Românico ao Gótico (sécs. XII-XIII)* (“The Medieval Bible – From Romanesque to Gothic, twelfth–thirteenth centuries”) adopts the framework of the *History of Sensibilities*, a pioneering approach in Portuguese medieval studies. Here, he advocates for an affective and intuitive engagement with the medieval artistic experience: “To do this, it is necessary to cultivate beauty, resort to the strategies of the heart, surrender to the enjoyment of aesthetic pleasure, listen to the resonance of ancient songs. In this way, we seek the vibration of the past and not so much its understanding” (MATTOSO 2016: 5).

Art historians have thus greatly benefitted from José Mattoso’s role not only as a scholar who redefined key paradigms in medieval studies but also as a mentor who engaged with and supported the scholarly community with unwavering attentiveness and generosity.

FOROS E COSTUMES DE ALFAIATES

[A. 1261]

Manuscrito, pergaminho, 310 x 220 x 25 mm, 62 fls.
ANTT, *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo* N.º 380, fl. 17v.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO
CHSC-FLUC

Os forais, ou foros breves, outorgados pelos condes e reis de Portugal ou pelos senhores nobres ou eclesiásticos, maioritariamente ao longo dos séculos XII até às décadas iniciais do século XIV, são cartas legitimadoras e constitutivas dos concelhos. Nelas, o rei ou senhor outorgam a uma comunidade de homens livres o direito de ter a sua justiça e oficiais próprios e estipulam as normas de vida em comum, assim como os tributos fiscais que, em contrapartida de tais liberdades, lhes deviam ser versados. No seu todo, encontramos, contudo, uma larga variação nos privilégios consignados e na autonomia atribuída, de acordo com o desenvolvimento populacional e económico dos concelhos rurais e urbanos a que eram concedidas. Nos usos e costumes ou foros extensos, datando os mais antigos no século XIII, fixam-se por escrito os usos e costumes consuetudinários de uma comunidade e com desenvolvimento estabelece-se o normativo do enquadramento jurídico e as regras sociais, económicas e de família e parentesco que a estruturam. Não são muitos os concelhos que os possuem, destacando-se os foros de Riba Coa, da Guarda, de Santarém, Évora e Beja, estes últimos comunicados e seguidos em algumas outras localidades de além Tejo.

Os costumes de Alfaiates, que, juntamente com os de Castelo Bom, Castelo Rodrigo e Castelo Melhor em território português e os de Cória, Cáceres e Usagre em território espanhol, se integram nos foros de Riba Coa, e seguem a versão dos de Ciudad Rodrigo, foram objeto de estudo do Prof. José Mattoso na década de oitenta (MATTOSO 1987). Depois de analisar com detalhe o seu articulado, afirma que Alfaiates e as comunidades de Riba Coa, distintas das cidades do centro e sul do país, em que prevalecem o individualismo e as funcionalidades urbanas, podem constituir um modelo e um termo de comparação para a análise dos concelhos do interior, nos quais não se concretiza verdadeiramente uma economia de produção e de trocas, nem uma significativa divisão de trabalho. E detalhando que neles se encontram “normas acerca da guerra externa, da pilhagem do inimigo, do parentesco, do direito penal, da vingança, do duelo e da ordália, do direito processual, do uso de terrenos comuns, das funções e da escolha dos magistrados, e ainda muitos outros elementos”, lança a proposta metodológica, ainda hoje válida e interpelante, como é toda a sua reflexão historiográfica, da sua interpretação à luz dos princípios da antropologia política.

illi pleno ⁊ medio de quāto loco compro añ qm̄ taret.
⁊ si el catuo xano ala moriet tornet el moro asuo
senoz si uoluit eum recipe. ⁊ si suo parente laettare
et maḡ aū dedit illi delo adrieno de moro. ⁊ si nega
ret sibi. v. iuret. **Todo aportellado qui asuo sennoz cor.**

Todo aportelato q̄ asuo senoz tornaret manū cor
rent li lamamū. ⁊ si suo amo lo soltare faciāt unū
tapiale in castello. ⁊ si dixit adiuua me ut possim il
lum accipe. ⁊ si noluit illi adiuuare. p. illi unusquisq̄
iii. s. ⁊ si lo negarent unusquisq̄ iuret sibi. v. de uicinos.

Toto amo qui suo aportelato **Toto amo qui suo aporte.**
ferret nō. p. suo amo calumpnia. **Qui percussit aut.**

Qui percussit aut mellauit mancebo alieno añ suo senoz
aut homine de suo pan. p. la calumpnia duplada. la
media ala collon ⁊ la media asuo senoz. **Qui mactaret aut**

Qui mactaret aportelato. aut forziar **aportellado. aut.**
sua m̄r aut sua filia. aut sua erazon accipiat me
dia calumpnia. suo amo. **Toto homine qui intrauit**

Toto homine qui intrauit cum alio **cum alio p suo**
p suo seruitio fazer añ de suo plazo exierit de
illo pdat el soldare. ⁊ qui colligit illum. p. ii. s. ⁊ si
potuerit illi firmare qd̄ ante del plazo si exiuit. Et
si alter dixit nescim qd̄ tecum erat iuret illi solus
sin aut ⁊ piciat illum. ⁊ si dñs ei⁹ dixit male in
seruiebas det illi unum xanum qui iuret hoc. ⁊

DUES AND CUSTOMS OF ALFAIATES [b. 1261].

Manuscript, parchment, 310 x 220 x 25 mm, 62 fls.

ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo N.º 380, fl. 17v.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

CHSC-FLUC

The charters, or *foros breves*, issued by Portuguese counts, kings, and noble or ecclesiastical lords – primarily from the 12th century through the early fourteenth century – were documents that established and legitimized municipalities. These charters granted communities of free men the right to self-governance, including their own justice systems and officials. They also outlined the rules of communal life and specified the taxes owed in exchange for these privileges. The extent of the rights and autonomy granted varied widely, often depending on the population size and economic development of the respective rural or urban municipalities.

Customary laws and extensive charters, some dating back to the thirteenth century, recorded the traditional practices and social norms of communities. Over time, these documents came to reflect the evolving legal, social, economic, and kinship structures within those communities. Few municipalities had such codifications, with notable examples found in Riba Coa, Guarda, Santarém, Évora, and Beja – the latter’s charter even influencing regions beyond the Tagus River.

The customs of Alfaiates – along with those of Castelo Bom, Castelo Rodrigo, and Castelo Melhor in Portugal, and Cória, Cáceres, and Usagre in Spain – are part of the Riba Coa charter tradition and align closely with the version from Ciudad Rodrigo. These were studied in depth by Professor José Mattoso in the 1980s (MATTOSO, 1987). After examining their structure, Mattoso observed that the communities of Alfaiates and Riba Coa, unlike those in the more urbanized centre and south of Portugal where individualism and urban functions prevailed, represent a model for understanding inland municipalities. These areas lacked developed economies of production and exchange and had little specialization of labour.

Mattoso noted that these communities had detailed regulations covering topics such as warfare, enemy plundering, kinship relations, criminal justice, revenge, dueling, trial by ordeal, procedural law, communal land use, and the selection and roles of magistrates. He also proposed a methodological approach for studying such communities that remains relevant and intellectually stimulating today – rooted in principles of political anthropology, and reflective of his broader historiographical contributions.

**CARTA DE CONFIRMAÇÃO AO MOSTEIRO DE PENDORADA
DE UMA TERRA COUTADA JUNTO AO RIO DOURO, DADA POR
PAIO SOARES DE GRIJÓ, SENHOR DO CASTELO DE BENVIVER,
EM ACORDO COM TODOS OS DESCENDENTES DE MONIO VIEGAS “GASCO”
E ERMÍGIO VIEGAS, PATRONOS DO CENÓBIO. 1123, 12 DE ABRIL**

Manuscrito, pergaminho. ANTT, *Ordem de S. Bento, São João Baptista de Pendorada*, maço 6, nº 34.

**CARTA DE VENDA FEITA POR ELVIRA ALVITES AO ABADÉ PEDRO,
DO MOSTEIRO DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE PENDORADA, E AOS MONGES DA
COMUNIDADE, “QUE VIVEM SEGUNDO A REGRA DE SÃO BENTO”
1123, 27 DE DEZEMBRO**

Manuscrito, pergaminho. ANTT, *Ordem de S. Bento, São João Baptista de Pendorada*, maço 7, nº 5.

LUÍS CARLOS AMARAL
CITCEM-FLUP; UCP-CEHR

Através de um singular diploma do mosteiro de Pendorada, de 12 de abril de 1123, tomamos conhecimento que Paio Soares de Grijó, senhor do castelo de Benviver, em acordo e como representante de todos os descendentes de Monio Viegas “Gasco” e Ermígio Viegas, patronos do cenóbio, confirmou ao abade Pedro (1121?-1136) e à comunidade os limites de um couto junto ao rio Douro (c. de Marco de Canaveses). A importância desta carta resulta da clareza com que associa o mosteiro a um grupo alargado de poderosos senhores e patronos, que não hesitam em invocar a sua prestigiada ascendência e sublinhar os seus direitos patrimoniais e autoridade: “*Nos omnes qui sumus heredes et possessores monasterii (...)*” (MATTOSO 1958: 299). Apoiado nestes dados, José Mattoso, tanto na sua tese de licenciatura (MATTOSO 1962) como na de doutoramento (MATTOSO 1968), soube utilizar esta escritura para, juntamente com outras informações, sempre fragmentárias, proceder à meticolosa reconstituição das origens de Pendorada e, depois, das restantes comunidades beneditinas da diocese do Porto. Em paralelo com o que então se fazia de mais inovador em termos europeus, José Mattoso começou a desenhar a estrutura de relações políticas, eclesiásticas, sociais e económicas que modelavam a organização das terras e das comunidades do Entre-Douro-e-Minho no período da formação de Portugal. O documento possibilitava ainda, como muito bem soube observar e interpretar, uma aproximação aos mecanismos que, no terreno, favoreciam o enraizamento dos diferentes poderes, ou seja, o enraizamento do processo senhorial, articulando e hierarquizando poderosos e dependentes num cenário ordenado e em desenvolvimento.

Também de Pendorada e de 1123 (27 de dezembro), numa carta de compra e venda, pela qual Elvira Alvites vendeu ao referido abade Pedro os bens que possuía na villa de Ordonho (c. de Marco de Canaveses), o notário registou, referindo-se à comunidade dos monges, que os mesmos “*ibi sunt coram regulam Sancti Benedicti*” (DMP-DC 1980: doc. 389, 320). Documentava-se pela primeira vez de forma inequívoca, a vivência dos costumes beneditinos cluniacenses em Pendorada. Tema central da investigação conduzida ao longo de décadas por José Mattoso, a implantação da Regra de S. Bento no futuro território português e a gradual adesão das comunidades aí instaladas, representava não apenas um problema por esclarecer, mas também uma questão nuclear, pois implicava compreender a cronologia e a extensão das influências religiosas oriundas de além-Pirenéus, fatores decisivos na criação da primeira Igreja portuguesa.

CHARTER CONFIRMING LAND DONATION NEAR THE DOURO RIVER TO THE MONASTERY OF PENDORADA BY PAIO SOARES DE GRIJÓ, WITH CONSENT FROM THE HEIRS OF MONIO VIEGAS ‘GASCO’ AND ERMÍGIO VIEGAS, PATRONS OF THE MONASTERY. 1123, 12 APRIL.

Manuscript, parchment. ANTT, *Ordem de S. Bento, São João Baptista de Pendorada* (“Order of St. Benedict, Monastery of São João de Pendorada”), bundle 6, nº 34.

CHARTER OF SALE EXECUTED BY ELVIRA ALVITES IN FAVOR OF ABBOT PEDRO OF THE MONASTERY OF SÃO JOÃO BAPTISTA DE PENDORADA, AND THE MONKS OF THE COMMUNITY “WHO LIVE ACCORDING TO THE RULE OF ST. BENEDICT.” 1123, 27 DECEMBER.

Manuscript, parchment. ANTT, *Ordem de S. Bento, São João Baptista de Pendorada* (“Order of St. Benedict, Monastery of São João de Pendorada”), bundle 7, nº 5.

LUÍS CARLOS AMARAL

CITCEM-FLUP; UCP-CEHR

A distinctive charter issued by the monastery of Pendorada on 12 April 1123 provides critical insight into the sociopolitical and ecclesiastical dynamics of the time. This document reveals that Paio Soares de Grijó, lord of the Castle of Benviver, acting both individually and as a representative of the broader kinship group descending from Monio Viegas ‘Gasco’ and Ermígio Viegas – patrons of the monastery – confirmed to Abbot Pedro (c. 1121-1136) and the monastic community the delineation of a reserved area situated along the Douro River, near Marco de Canaveses. The significance of this charter lies in its explicit association of the monastery with a prominent network of aristocratic patrons who invoke their prestigious lineage and underscore their patrimonial rights and jurisdictional authority. This is encapsulated in the formulaic declaration: “*Nos omnes qui sumus heredes et possessores monasterii (...)*” (MATTOSO 1958: 299).

Drawing on this document and corroborating fragmentary evidence, José Mattoso, both in his undergraduate thesis (MATTOSO 1962) and later in his doctoral dissertation (MATTOSO 1968), undertook a detailed reconstruction of the foundational history of the Pendorada monastery. His analysis extended to encompass other Benedictine communities within the diocese of Porto, reflecting a methodological alignment with the most advanced European historiographical approaches of the time. Mattoso’s work contributed to an emerging framework for understanding the political, ecclesiastical, social, and economic configurations that shaped the territorial organisation of Entre-Douro-e-Minho during the formative period of the Portuguese kingdom. The 1123 diploma further enabled Mattoso to elucidate the operative mechanisms that facilitated the establishment and consolidation of local power structures, particularly the emergence of the manorial system. His interpretation highlighted the processes of articulation and hierarchisation among dominant and subordinate groups within a structured and evolving landscape.

A second document from Pendorada, dated 27 December 1123, records the sale by Elvira Alvites to Abbot Pedro of property she held in the village of Ordonho (in present-day Marco de Canaveses). The notary’s annotation, recording the presence of the monastic community “*ibi sunt coram regulam Sancti Benedicti*” (DMP-DC 1980: doc. 389, 320), constitutes the earliest unambiguous reference to the observance of Cluniac Benedictine customs at Pendorada. This reference is of particular importance to Mattoso’s longstanding scholarly focus on the diffusion and institutionalisation of the Rule of St. Benedict in the territory that would become Portugal. The progressive integration of monastic communities into this normative framework posed not only a historiographical challenge but also represented a central issue in understanding the chronology and scope of trans-Pyrenean religious influences – elements that proved decisive in the formation of the early Portuguese Church.

ALEXANDRE HERCULANO

HISTÓRIA DE PORTUGAL

Desde o começo da monarquia até
o fim do reinado de Afonso III

TOMO I



Livraria Bertrand

**ALEXANDRE HERCULANO,
HISTÓRIA DE PORTUGAL.
DESDE O COMEÇO DA MONARQUIA
ATÉ AO FIM DO REINADO DE AFONSO III**

Prefácio e notas críticas de José Mattoso, 4 vols.
Amadora: Livraria Bertrand, 1980.

SÉRGIO CAMPOS MATOS
CH-ULisboa

A edição prefaciada e anotada por José Mattoso da *História de Portugal* de Alexandre Herculano (HERCULANO 1980) inscreve-se na reedição da obra herculaniana empreendida sob a orientação de Vitorino Nemésio, desde 1970, pela Bertrand, com estudos introdutórios de outros historiadores (Jorge Borges de Macedo e Joel Serrão, além de Nemésio). Essa reedição ocorreu ainda no horizonte do I centenário da morte de Herculano (1976), no contexto de uma profunda renovação da historiografia portuguesa, que já se desenhara desde os anos 60.

José Mattoso oferece ao leitor um prefácio em que estuda os antecedentes da publicação original (1846-1853), a marca que historiadores franceses e alemães deixaram em Herculano (Thierry, Guizot, Herder, Ranke) e a sua genealogia na historiografia portuguesa, sobretudo ligada à Academia das Ciências (João Pedro Ribeiro, António Caetano do Amaral, José Anastácio de Figueiredo) e à Universidade de Coimbra (caso de Coelho da Rocha). Dá a conhecer as condições de produção da obra, a sua larga fortuna em Portugal e no estrangeiro – Irlanda, Espanha, França Itália, Alemanha, Brasil e EUA. E percorre a sua recepção no panorama da historiografia medievalista posterior.

José Mattoso enaltece a *opus magnum* do historiador oitocentista, a “profundidade dos conceitos” e a “complexidade da problemática”, sem esquecer os seus “excelentes dotes de hermeneuta”, bem como a “enorme intuição para reconstituir a mentalidade corrente nos séculos passados”. Mas não deixa de apontar algumas incongruências. Desde logo no que respeita à não coincidência entre a crítica à história centrada nos indivíduos que esboçara nas “Cartas sobre a História de Portugal” (1842 – HERCULANO 1907) e a adopção do critério dinástico numa periodização que segue os reinados na *História de Portugal*; a contradição entre a intenção de construir a história do colectivo nacional em detrimento da acção individual e, por outro lado, uma narrativa em que, a cada passo, valoriza esta acção. E a parcialidade da sua tese política sobre a formação de Portugal: José Mattoso observa criticamente as suas interpretações do passado mais marcadas pela ideologia liberal do historiador, como se estivesse a dialogar com alguém seu contemporâneo. Reconhece, todavia, que a obra “inaugurou uma nova era na historiografia portuguesa”.

Numerosas notas críticas e eruditas, de grande utilidade para o leitor, dão conta de outras interpretações discutíveis ou ultrapassadas (caso da tese da ausência de relação entre Portugueses e Lusitanos ou do predomínio dos moçárabes sobre os leoneses nas conquistas cristãs), corrigem incorreções de facto (p. ex. a datação da assunção do título de rei por Afonso Henriques) e situam as suas interpretações históricas no campo historiográfico. Trata-se, pois, de um relevante contributo para a compreensão da *opus magnum* de Herculano.

ALEXANDRE HERCULANO: *HISTORY OF PORTUGAL FROM THE BEGINNING OF THE MONARCHY TO THE END OF THE REIGN OF AFONSO III.*

Preface and critical notes by José Mattoso (1980).

4 vols. Amadora: Livraria Bertrand, 1980.

SÉRGIO CAMPOS MATOS

CH-ULisboa

The edition of Alexandre Herculano's *História de Portugal* (HERCULANO 1980), featuring a preface and annotations by José Mattoso, forms part of the reissue of Herculano's oeuvre initiated by Bertrand in 1970 under the editorial supervision of Vitorino Nemésio. This editorial project, which included introductory studies by prominent historians such as Jorge Borges de Macedo, Joel Serrão, and Nemésio himself, was undertaken in anticipation of the centenary of Herculano's death in 1976. The reissue coincided with a period of significant transformation in Portuguese historiography that had been gaining momentum since the 1960s.

In his preface, José Mattoso provides a comprehensive contextualisation of the original publication of *História de Portugal* (1846–1853), examining the intellectual influences exerted on Herculano by key figures of French and German historiography – namely, Thierry, Guizot, Herder, and Ranke. Mattoso also situates Herculano within a Portuguese historiographical lineage associated with the Academy of Sciences (João Pedro Ribeiro, António Caetano do Amaral, José Anastácio de Figueiredo) and the University of Coimbra (notably Coelho da Rocha). He outlines the production conditions of the work and its wide-ranging reception both within Portugal and internationally, including in Ireland, Spain, France, Italy, Germany, Brazil, and the United States. Furthermore, Mattoso discusses the work's place in the evolution of medieval historiography.

Mattoso commends Herculano's *magnum opus* for the profundity of its conceptual framework, the complexity of the historical problems it addresses, as well as for Herculano's notable hermeneutic capabilities and remarkable intuitive grasp of the mentalities of past centuries. Nevertheless, Mattoso does not refrain from pointing out certain internal tensions and limitations. Notably, he highlights the inconsistency between Herculano's critique of biographical historiography, as articulated in his "Letters on the History of Portugal" (1842 – HERCULANO 1907), and his own adherence to a dynastic periodisation structure centred on monarchic reigns. There is, moreover, a discernible contradiction between the declared objective of constructing a history of the national collective and a narrative that frequently privileges the role of individual agency. Mattoso also critically engages with Herculano's political thesis regarding the formation of the Portuguese nation, noting the extent to which his interpretations are shaped by liberal ideology and reflect the concerns of his own historical moment. Nonetheless, Mattoso affirms the foundational role of the work, asserting that it "ushered in a new era in Portuguese historiography."

The edition is further enriched by a wealth of critical and scholarly annotations, which serve to identify and evaluate various contestable or outdated interpretations – such as Herculano's denial of a connection between the Portuguese and the Lusitanians, or his assertion of Mozarabic predominance over Leonese influence during the Christian reconquest. These notes also correct factual inaccuracies (for instance, regarding the date when Afonso Henriques adopted the title of king) and contextualise Herculano's interpretations within broader historiographical debates. As such, the edition represents a significant scholarly contribution to the understanding and critical reception of Herculano's historiographical legacy.

CENOTÁFIO DE EGAS MONIZ DE RIBA-DOURO [C. 1258]

Pormenores dos relevos do cortejo a cavalo e da *elevatio anima*.

Fotografia: © Rota do Românico.

MÁRIO JORGE BARROCA
CITCEM-FLUP

Como atesta a inscrição gravada na tampa do seu monumento, Egas Moniz de Riba-Douro faleceu em 1146, tendo sido enterrado no *Corporal*, a capela funerária da família patronal do mosteiro beneditino de Paço de Sousa. A sua sepultura foi assinalada, à superfície, por uma *memória*. Tratava-se de uma estrutura maciça, sem cavidade sepulcral, destinada a marcar o local do enterramento, rematada pela tampa epigrafada. Apresentava, de um lado, um friso vegetalista e, no outro, uma cena onde se destacam quatro personagens montados num mesmo cavalo. Essa primeira memória, criada pouco depois da morte do Aio, foi substituída por um segundo monumento em meados do século XIII.

Em vários estudos seus, José Mattoso reportou-se aos dois cenotáfios de Egas Moniz, reconhecendo o lugar ímpar que eles ocupam na iconografia da nobreza medieval portuguesa. Salientemos apenas três. No seu doutoramento, defendido em 1966 e editado em 1968, Mattoso consagrou várias páginas ao monumento, sugerindo que o cenotáfio fosse uma precoce representação de uma cena do romance de *Renaud de Montauban*: o cavalo Bayard montado pelos Quatro Filhos Aymon (MATTOSO 1968: 323-326). A sua sugestão não seria acolhida pela generalidade dos historiadores de arte, posto que ainda não se tenha encontrado uma alternativa segura para a identificação da misteriosa cena. Quinze anos volvidos, num outro estudo marcante mas que, infelizmente, não tem merecido a atenção que merece, sobre a interpretação económica e social do Românico português (MATTOSO 1981b), José Mattoso voltou a reflectir sobre os cenotáfios de Egas Moniz, agora já identificando os dois monumentos, na esteira de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Manuel Luís Real. E, dois anos mais tarde, em 1983, regressou ao tema, com uma sugestiva interpretação (MATTOSO 1983c). Ao estudar a figura do trovador João Soares Coelho, descendente dos Riba-Douro por via bastarda, Mattoso sugeriu a possibilidade da sua intervenção directa na criação e difusão da *gesta* de Egas Moniz, formulada nos meados do século XIII.

Com efeito, João Soares Coelho é autor de uma obra significativa, conhecendo-se ao todo 58 composições de sua autoria. E foi presença regular na Corte de Afonso III, onde se documenta desde 1249 e até 1279, naquela que configura uma ascensão fulgurante da sua linhagem. José Mattoso entrevistou a mão do Trovador na criação da *gesta* de Egas Moniz, que encontrou na promoção do seu ilustre antepassado uma forma de contornar o estigma de bastardia. Como então escreveu Mattoso, “dir-se-ia que a apropriação do património simbólico e o vigor com que ele se proclama compensa a impossibilidade de uma transmissão hereditária real”. E concluiu: “a lenda de Egas Moniz era, afinal, sob a forma como foi transmitida, um produto tardio, e talvez um tanto artificial, da tradição épica peninsular (...) posto a correr por interesse e por iniciativa de uma família cortesã de origem duvidosa, graças ao talento poético do seu membro mais ambicioso” (MATTOSO 1983c).



CENOTAPH OF EGAS MONIZ FROM RIBA-DOURO [c. 1258].

Details of the reliefs depicting the procession on horseback and the *elevatio anima*.

Photography: © Rota do Românico.

MÁRIO JORGE BARROCA

CITCEM-FLUP

According to the inscription engraved on the lid of his funerary monument, Egas Moniz de Riba-Douro died in 1146 and was interred in the *Corporal*, the funerary chapel of the patronal family associated with the Benedictine monastery of Paço de Sousa. His burial site was marked at ground level by a commemorative monument – a substantial structure lacking a burial cavity, intended to demarcate the grave, and surmounted by an inscribed lid. One side of the monument was adorned with a vegetal frieze, while the other depicted a scene featuring four figures mounted on a single horse. This initial memorial, produced shortly after the death of the *Aio*, was later replaced by a second monument during the mid-thirteenth century.

In several of his works, José Mattoso has addressed the two cenotaphs of Egas Moniz, underscoring their distinctive significance within the iconographic tradition of the Portuguese medieval nobility. Three of his contributions merit particular attention. In his doctoral dissertation, defended in 1966 and published in 1968, Mattoso dedicated several pages to a discussion of the monument, proposing that the cenotaph represented an early visual reference to a scene from the *Renaud de Montauban* cycle – namely, the horse Bayard bearing the Four Sons of Aymon (MATTOSO 1968: 323-326). This hypothesis has not, however, been widely accepted by art historians, though no definitive alternative interpretation of the enigmatic scene has yet emerged.

Approximately fifteen years later, in a noteworthy but relatively overlooked study on the economic and social dimensions of Portuguese Romanesque art (MATTOSO 1981b), Mattoso revisited the cenotaphs, now identifying both monuments in alignment with the earlier analyses of Carlos Alberto Ferreira de Almeida and Manuel Luís Real. Subsequently, in 1983, Mattoso returned once more to this subject, offering a more interpretative approach (MATTOSO 1983c). While investigating the figure of the troubadour João Soares Coelho – a member of the Riba-Douro lineage through an illegitimate branch – Mattoso posited that Coelho may have played a pivotal role in the creation and dissemination of the *gesta* of Egas Moniz, composed in the mid-thirteenth century.

João Soares Coelho is credited with a substantial literary corpus, consisting of 58 known compositions. He was a prominent figure at the court of King Afonso III, with documented activity between 1249 and 1279 – a period during which his lineage experienced a significant rise in status. Mattoso hypothesized that the troubadour may have strategically employed the promotion of his celebrated ancestor to mitigate the social stigma associated with illegitimacy. As Mattoso observed, “one might suggest that the appropriation of symbolic heritage and the fervour with which it is proclaimed serve as a form of compensation for the impossibility of legitimate hereditary transmission.” He concluded that “the legend of Egas Moniz was, in the form in which it was ultimately transmitted, a late and arguably somewhat contrived product of the Peninsular epic tradition (...) instigated by the ambitions and initiative of a courtly family of contested origin, and made possible by the poetic capabilities of its most enterprising member” (MATTOSO 1983c).



MOSTEIRO DO SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA

Vista e pormenor da fachada ocidental do templo monástico. Meados do século XIII.

Fotografia: © Rota do Românico.

MANUEL LUÍS REAL

CITCEM-FLUP; IEM-NOVA FCSH

Na conferência proferida no Salão Medieval da Universidade do Minho, em 25.10.1980, José Mattoso recordava a importância que o tema do românico desempenhara no desabrochar da sua vocação como medievalista: “Foi por ele que iniciei os primeiros passos na floresta da investigação medieval” (MATTOSO 1981b). Na verdade, com apenas 21 anos, iniciava a sua brilhante carreira com um ensaio sobre *O românico beneditino em Portugal*, publicado em seis fascículos, na revista *Ora et Labora* (MATTOSO 1954). Desde logo, aí transparecem as características que sempre acompanharam o seu labor científico: o rigor de análise e a busca de perspectivas abrangentes, para explicar fenómenos concretos e complexos, como o do estabelecimento da vida religiosa entre os beneditinos portugueses. O mesmo estudo, quando comentado pelo próprio, um quarto de século depois, ilustra outra faceta de José Mattoso, a sua humildade intelectual: “Depressa verifiquei as dificuldades do tema e a escassez de meios de que dispunha para resolver os problemas entrevistados”.

Embora orientando as suas preocupações para a história económica e social, a par da religião e da cultura, José Mattoso nunca deixou de estar motivado para regressar ao tópico do românico. Assim o comprovam a dissertação de doutoramento, em Lovaina, publicada dois anos mais tarde, sob a epígrafe *Le Monachisme ibérique et Cluny* (MATTOSO 1968: 316-327) e a já aludida conferência, intitulada *O Românico Português: Interpretação Económica e Social* (MATTOSO 1981b). Este tema, que muito interessava a ambos, concedeu-me o privilégio de uma grata amizade, que remontava a 1974, quando lhe apareci na casa da Ulgueira, a oferecer a minha tese de licenciatura sobre o românico de Coimbra, na esperança de obter a sua opinião. Daí nasceu um frutuoso diálogo, pois, para além das opiniões, o Professor Mattoso – como era seu timbre – argumentava com perguntas. Muito aprendi nessa ocasião e as suas interpretações sobre as causas da oscilação da capacidade edilícia entre os séculos XI e XIII são, ainda hoje, a pedra basilar para se entender o românico em Portugal, no seu conjunto, e as diacronias intrínsecas ao penoso processo construtivo de muitos monumentos. Estas suas ideias foram de novo expressas na introdução à obra colectiva, dirigida por Gérard N. Graf, *Portugal Roman* (GRAF 1986-1987).

Sempre na busca de uma visão integrada da realidade histórica, ao abordar temas específicos, como a realeza, os casamentos régios, a afirmação das linhagens, a gesta trovadoresca, o povoamento, etc., José Mattoso continuou a oferecer-nos leituras inspiradoras de casas monásticas, eremitérios, castelos ou, mesmo, objectos artísticos. São de realçar, por exemplo, os estudos que fez da estatuária de D. Afonso Henriques (MATTOSO 1986), do cálice da rainha D. Dulce (MATTOSO 1983b: 199-200), do túmulo da rainha D. Urraca (MATTOSO 1983b: 200) ou do cenotáfio de Egas Moniz (MATTOSO 1983c).

MONASTERY OF SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA.

View and detail of the western façade of the monastic temple. Mid-thirteenth century.

Photography: © Rota do Românico.

MANUEL LUÍS REAL

CITCEM-FLUP; IEM-NOVA FCSH

In a lecture delivered at the Medieval Hall of the University of Minho on 25 October 1980, José Mattoso reflected on the pivotal role that Romanesque art played in the formation of his scholarly vocation as a medievalist, remarking that it was through this subject that he “took [his] first steps in the forest of medieval research” (MATTOSO 1981b). Indeed, at the early age of 21, Mattoso commenced what would become a distinguished academic career with a study entitled *O românico beneditino em Portugal* (“The Benedictine Romanesque in Portugal”), published in six parts in the journal *Ora et Labora* (MATTOSO 1954). This initial contribution already revealed the hallmarks of his later scholarship: a commitment to analytical rigour and a persistent effort to frame specific and intricate historical phenomena – such as the consolidation of religious life among the Portuguese Benedictines – within broader interpretive frameworks.

A quarter-century later, Mattoso would revisit this inaugural study with characteristic intellectual humility, acknowledging the considerable challenges inherent to the topic and the limitations of the resources then available to him: “I quickly realised the difficulties of the subject and the scarcity of resources available to me to solve the problems I encountered.”

Although Mattoso’s primary academic focus was directed toward the economic and social dimensions of medieval history, alongside religion and culture, he maintained a lasting engagement with Romanesque art. This is evidenced not only by his doctoral dissertation defended in Leuven – later published under the title *Le Monachisme ibérique et Cluny* (MATTOSO 1968: 316-327) – but also by the aforementioned lecture, *O Românico Português: Interpretação Económica e Social* (MATTOSO 1981b). His sustained interest in Romanesque studies also fostered enduring personal and scholarly connections. Notably, in 1974, the present author had the opportunity to visit Mattoso at his residence in Ulgueira to present him with my degree thesis on the Romanesque architecture of Coimbra, seeking his critical perspective. This encounter initiated a long-standing and fruitful dialogue. True to his pedagogical style, Mattoso responded not merely with opinions but with incisive questions that provoked deeper reflection. His interpretative approach to the fluctuations in architectural activity between the eleventh and thirteenth centuries continues to serve as a foundational reference for understanding both the Romanesque style in Portugal and the diachronic processes underlying the construction of many ecclesiastical and monastic monuments. These insights were revisited in the introduction to the collective volume edited by Gérard N. Graf, *Portugal Roman* (“Roman Portugal”) (GRAF 1986-1987).

Guided by a pursuit of holistic historical understanding, Mattoso consistently offered nuanced interpretations of a wide array of subjects – including monarchy, dynastic alliances, lineage formation, the troubadour tradition, and territorial settlement – through the lens of material culture and built heritage. His contributions include notable analyses of emblematic artefacts and monuments such as the statue of Afonso Henriques (MATTOSO 1986), the chalice of Queen Dulce (MATTOSO 1983b: 199-200), the tomb of Queen Urraca (MATTOSO 1983b: 200), and the cenotaph of Egas Moniz (MATTOSO 1983c), all of which exemplify his capacity to intertwine art historical inquiry with socio-political interpretation.

A HISTÓRIA CONTEMPLATIVA. ENSAIO.

JOSÉ MATTOSO

Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2020.

HERMENEGILDO FERNANDES

CH-ULisboa

“A História Contemplativa” é, mais do que qualquer outro texto prévio de José Mattoso, o fio de Ariadne através do qual o autor se orientou no labirinto da sua própria obra, enquanto indivíduo e, por extensão, da História-escrita enquanto actividade de um colectivo (MATTOSO 2020: 4-42). Resulta de uma reflexão *a posteriori* feita no termo de um longo exercício na condição de historiador activo, em busca de chaves interpretativas que expliquem um posicionamento e uma prática, isto é, uma visão do ofício.

O ponto nevrálgico do texto está numa concepção da actividade do historiador que dá título ao artigo e conexão aos diferentes pontos de observação que marcam a sua obra, mas o argumento é tão largo que amplamente a transcende. Se a História é consciência de si colectiva, essa tomada de consciência provoca uma busca irreprimível de sentido. A atitude de quem busca esse sentido é a contemplação enquanto percepção do “sentido último do Ser”. O argumento bebe aqui reconhecidamente nas concepções de História enquanto *poiêsis* de Paul Ricoeur e Martin Heidegger, mas convoca ainda Sophia de Mello Breyner e Alberto Caeiro. No fundo não explícito da imagem vislumbram-se as duas décadas beneditinas do Autor, ou talvez mais precisamente a busca da contemplação que o levou lá e que se terá mantido sempre nele, mesmo no século. A operação, porém, está fundada numa sólida argumentação epistemológica: estando a memória sempre limitada pela fragmentaridade, só a contemplação pode restituir a unidade (“unicidade”) que é o destino último e o lugar da compreensão e da inteligibilidade.

Dois conceitos chave são evocados por José Mattoso a propósito da contemplação: desvelação e exaltação. Juntos constituem a chave de acesso à forma como o autor entende o exercício contemplativo. O primeiro toma-o a Heidegger, sendo a desvelação a fruição do belo. O sentido não é pois estritamente histórico, mas poderá ser capitalizado se pensarmos a desvelação enquanto acesso à totalidade que é a contemplação da beleza última. Neste sentido Sophia (de Mello Breyner) prefigura no texto de José Mattoso, a busca de SOPHIA: a descoberta da realidade enquanto exaltação. Desvelar surge assim enquanto comunicação da exaltação, do momento em que o belo se revela na totalidade. A boa História revela-se assim na “capacidade para evocar” a espantosa realidade das coisas: “um olhar atento, global, pacífico, não interventivo”. Essa é a matriz da História escrita enquanto contemplação.

JOSÉ MATTOSO

A HISTÓRIA
CONTEMPLATIVA

Ensaio



TEMAS E DEBATES

Círculo-Leitores

JOSÉ MATTOSO: *CONTEMPLATIVE HISTORY. ESSAY.*

Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2020

HERMENEGILDO FERNANDES

CH-ULisboa

In *Contemplative History*, more than in any of his previous works, José Mattoso presents a reflective thread of Ariadne through which he navigates the intricacies of his intellectual journey – both as an individual scholar and, by extension, as a participant in the collective endeavour of historical writing (MATTOSO 2020: 4-42). This work constitutes a retrospective meditation, the product of a long and distinguished career as an active historian. It seeks to articulate interpretive principles that illuminate both a methodological stance and an underlying philosophy of historical practice.

At the heart of the text lies a particular conception of the historian's vocation, which not only provides the title of the work but also serves to unify the diverse methodological and epistemological concerns that have informed Mattoso's oeuvre. Yet, the scope of his argument transcends a mere summation of individual practice; it ventures into the philosophical, positioning historical inquiry as a form of collective self-awareness. Such awareness, in Mattoso's view, inevitably compels a search for meaning – an endeavour characterized by contemplation, understood here as an attunement to the “ultimate meaning of Being.” This perspective is deeply indebted to the poietic understanding of history advanced by Paul Ricoeur and Martin Heidegger, while also drawing on literary and poetic figures such as Sophia de Mello Breyner and Alberto Caeiro. Underlying these reflections is the implicit presence of Mattoso's two decades spent as a Benedictine monk – a biographical detail that appears not as anecdote, but as an existential grounding for his sustained search for contemplative understanding, which continues into the contemporary era.

Crucially, Mattoso's argument is undergirded by a robust epistemological foundation. He posits that because memory is inherently fragmented, it is only through contemplation that one may recover a sense of unity – what he refers to as *unicity* – which constitutes the ultimate horizon of historical intelligibility. Within this framework, Mattoso identifies two core concepts that shape the contemplative dimension of historical writing: *unveiling* and *exaltation*. The former, derived from Heidegger, is associated with the aesthetic apprehension of beauty – not as a strictly historical category, but as a phenomenological event that grants access to totality. When interpreted through this lens, Sophia de Mello Breyner's poetic vision becomes emblematic of a broader metaphysical aspiration: the pursuit of SOPHIA, or the discovery of reality through a process of exaltation.

In Mattoso's formulation, unveiling thus emerges as the communicative act that renders exaltation intelligible – the moment in which beauty discloses itself in its fullness. Historical writing, in its highest form, then becomes an evocative practice – capable of revealing the profound reality of phenomena through what Mattoso characterizes as “an attentive, global, peaceful, non-interventionist gaze.” This contemplative stance is, for Mattoso, the essential matrix from which meaningful history is written: a historiography that aspires not merely to explain, but to reveal.



REPENSAR
O ARQUIVO
*RETHINKING
THE ARCHIVE*

DOCUMENTAÇÃO ECLESIÁSTICA

- A. Regulamentos e constituições
- B. órgãos dirigentes
- C. Comunidade ~~eclesial~~
- D. contencioso canônico
- E. Administração eclesial
- F. Patrimônio
- G. Administração patrimonial
- H. Jurisdição secular
- I. Obras e inventários
- J. Funções culturais

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS MONÁSTICOS

Documento manuscrito da autoria de José Mattoso [s.d.]
Manuscrito, 4 pp. Arquivo pessoal de Madalena Garcia.

LUÍS FILIPE OLIVEIRA
UAlg; IEM-NOVA FCSH

Numa época em que se mantinham as lógicas do século XIX – coleções criadas ao ritmo das incorporações, com diplomas dispersos por séries cronológicas, tipológicas, ou formais –, e na falta de inventários completos e sistemáticos, José Mattoso fez estudos decisivos para identificar os documentos beneditinos da diocese do Porto conservados nos vários arquivos do país. Estas tarefas eram indispensáveis para recolher as fontes e fazer a história religiosa e institucional dos mosteiros, mas os inventários que publicou, entre 1964 e 1970, já valorizavam os usos práticos dos documentos e a relação destes com o funcionamento das casas religiosas e com os cartórios de origem, assinalando a necessidade de dar outra arrumação aos arquivos (MATTOSO 1964, 1966, 1970). Menos aleatória e mais orgânica, com recurso aos princípios da arquivística internacional, que recomendavam o respeito pelas entidades produtoras, pela história institucional destas e pela custódia da documentação por elas produzida, incorporada e conservada. Normas com que ele estava familiarizado, até pelo magistério de Léopold Genicot, que fora arquivista e havia de fundar e de planear a série da *Typologie des sources du Moyen Âge occidental* (GENICOT 1972).

Destas preocupações decorreriam as responsabilidades que assumiu na reestruturação do Arquivo Nacional, e, depois, na direcção do IPA e da Torre do Tombo. Não esqueceu, porém, as tarefas mais práticas de inventário e de reordenação dos fundos de arquivo, sobretudo na sua área de especialidade. Como demonstra o manuscrito autógrafa com o quadro de classificação da documentação monástica, depois usado no inventário parcial das ordens monástico/conventuais da Torre do Tombo (MATTOSO & FARINHA 2002) e igualmente aplicado no guia das ordens religiosas em Portugal (SOUSA 2005). Duas publicações que davam conta da renovação da historiografia religiosa e da inserção desta na história do reino, ao mesmo tempo que facilitavam os trabalhos de pesquisa e asseguravam o acesso às espécies conservadas, a principal missão dos arquivos.

O cuidado de José Mattoso com a organização e a acessibilidade dos arquivos religiosos não desapareceu. Também colaborou no inquérito e na avaliação dos arquivos diocesanos e das ordens religiosas contemporâneas, que por vezes conservam documentação antiga, ou até medieval, e que foi organizado pela Universidade Católica (MATTOSO & PIRES 2000). E não deixaria de acompanhar e de valorizar, com um prefácio, o inventário dos fundos monásticos da Biblioteca Pública de Évora (FONTES, SERRA & ANDRADE 2010: 19-24).

CLASSIFICATION FRAMEWORK FOR MONASTIC FONDS (S.D.)

Manuscript document by José Mattoso. Manuscript, 4 pp. Personal archive of Madalena Garcia.

LUÍS FILIPE OLIVEIRA

UAlg; IEM-NOVA FCSH

At a time when 19th-century archival paradigms continued to dominate – characterised by collections assembled according to the rhythm of acquisitions and organised into chronological, typological, or formal series, often lacking comprehensive and systematic inventories – José Mattoso undertook pivotal research aimed at identifying Benedictine documentation from the Diocese of Porto preserved across various archives in Portugal. These efforts were essential for the collection of sources and the reconstruction of the religious and institutional history of monastic communities. However, the inventories he published between 1964 and 1970 already reflected a methodological shift: they underscored the practical function of documents within the operational context of religious institutions and emphasised the importance of their archival provenance, thereby signalling the necessity for a more coherent and principled reorganisation of archival holdings (MATTOSO 1964, 1966, 1970).

This reorganisation was conceived in accordance with international archival standards, which advocated for the respect of fonds, institutional context, and the original custodianship of documentation. Mattoso was well-acquainted with these principles, having been influenced by the work of Léopold Genicot – himself an archivist and the founder of the *Typologie des sources du Moyen Âge occidental* series (GENICOT 1972).

These archival concerns shaped Mattoso's subsequent responsibilities in the restructuring of the National Archives, and later in his leadership of the Portuguese Institute of Archives (IPA) and the Torre do Tombo. Nevertheless, he remained engaged with the more technical aspects of archival work, particularly in relation to his area of scholarly expertise. This is exemplified by his autograph manuscript outlining a classification schema for monastic records, which later informed the partial inventory of the monastic and conventual collections at the Torre do Tombo (MATTOSO & FARINHA 2002), as well as the national guide to religious orders in Portugal (SOUSA 2005). Both publications illustrate the revitalisation of religious historiography and its integration into the broader historical narrative of the Portuguese kingdom, while simultaneously promoting scholarly access and fulfilling the fundamental mission of archives.

Mattoso's commitment to the organisation and accessibility of religious archives persisted beyond these initiatives. He contributed to surveys and evaluations of diocesan archives and contemporary religious congregations – many of which safeguard early or even medieval documentation – under the auspices of the Catholic University (MATTOSO & PIRES 2000). Moreover, he supported and endorsed the inventory of the monastic collections of the Évora Public Library, contributing a preface to the publication (FONTES, SERRA & ANDRADE 2010: 19-24), thereby continuing to champion the importance of archival access and scholarly utility.

GUIA DE FONTES PORTUGUESAS PARA A HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Prefácio de José Mattoso. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
Vol. 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses;
Fundação Oriente; IN-CM, 1997.

MADALENA ARRUDA GARCIA

Arquivista

A produção historiográfica do Professor José Mattoso começou a ser publicada ainda na década de Cinquenta do século XX. A sua experiência pessoal como historiador permitiu-lhe afirmar que tinha sido preciso esperar pelos anos Sessenta do século XX para que a actuação da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) reconhecesse a “dignidade da tarefa arquivística” e que só nos anos Oitenta se começava a perceber que o sector do património arquivístico se devia tornar cientificamente constituído, organizado e acessível. As vicissitudes da sua experiência como historiador levaram-no à compreensão do conceito de arquivo nas suas três vertentes principais: enquanto conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação; enquanto instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação dos documentos de arquivo; e enquanto edifício destinado à conservação dos documentos e/ou arquivos.

Assim, enquanto decorria a construção do novo edifício que viria a albergar o Arquivo Nacional, na Cidade Universitária, em Lisboa, José Mattoso foi nomeado para exercer as funções de Coordenador da Comissão para a Reforma e Reestruturação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (CRRANTT), pelo Despacho 55/86, de 3 de Julho de 1986 (*DR II Série*, nº 150).

Em 1988, José Mattoso foi designado Presidente do Instituto Português de Arquivos (IPA), constituído pelo Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de Abril. O IPA assumiu como prioridades: a retoma da participação portuguesa no *Guia das Fontes Portuguesas para a História das Nações*, um projecto lançado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) com a colaboração da UNESCO; o ARQBASE, que visava a descrição normalizada da documentação histórica e a constituição de uma rede informática entre arquivos de âmbito nacional, distrital, municipal, o que incluiria, naturalmente, os arquivos nacionais dos PALOP. O IPA privilegiou ainda a gestão de documentos dos organismos públicos portugueses, através de um instrumento técnico dotado de força jurídica, que reduzisse as etapas de elaboração das Portarias específicas, o Decreto-Lei 447/88, de 10 de Dezembro. O IPA elaborou o estatuto das carreiras de pessoal das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo (BAD), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho. Estabeleceu ainda o regime geral dos arquivos e do património arquivístico que permitiu fixar, nomeadamente, os prazos para a comunicabilidade dos documentos de arquivo, o que veio a ficar consignado no Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro.

José Mattoso foi nomeado Director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo em 1996, com a Lei Orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março. Nessa qualidade, foi o principal coordenador do *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, que constituiu como a primeira prioridade das tarefas internas do Arquivo Nacional. O Guia é o instrumento de descrição documental que descreve um ou mais acervos documentais, ao nível do fundo, facultando o historial da entidade produtora, bem como a estrutura interna da documentação, os instrumentos de descrição documental disponíveis, a bibliografia, etc.

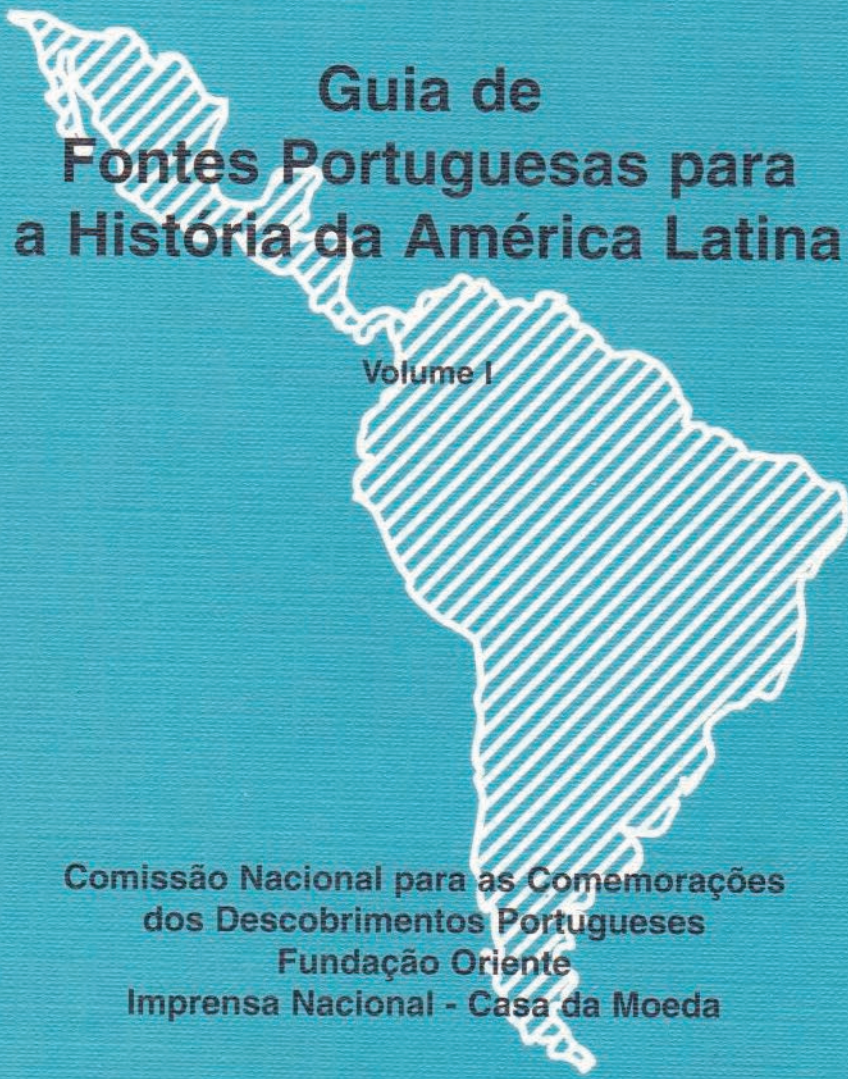
Conselho Internacional
de Arquivos

Guia de Fontes
para a História das Nações

International Council
on Archives

Guides to the Sources
for the History of Nations

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo



**Guia de
Fontes Portuguesas para
a História da América Latina**

Volume I

Comissão Nacional para as Comemorações
dos Descobrimentos Portugueses
Fundação Oriente
Imprensa Nacional - Casa da Moeda

GUIDE TO PORTUGUESE SOURCES FOR THE HISTORY OF LATIN AMERICA, VOL. 1 (1997).

Preface by José Mattoso. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Vol. 1.

Lisbon: National Commission for the Commemoration of Portuguese Discoveries; Oriente Foundation; IN-CM, 1997.

MADALENA ARRUDA GARCIA

Archivist

The historiographical contributions of Professor José Mattoso began to appear in published form during the 1950s. Drawing from his personal journey as a historian, Mattoso later reflected that it was not until the 1960s that the Portuguese Association of Librarians, Archivists and Documentalists (BAD) began to acknowledge the ‘dignity of archival work’. Furthermore, he noted that only by the 1980s did public and institutional awareness emerge regarding the need to scientifically structure, systematize, and make accessible the archival heritage sector.

Mattoso's extensive experience in historical research shaped his understanding of archives in three principal dimensions: first, as an organic body of records created by an individual or legal entity during the course of its activity, preserved for their evidential or informational value – regardless of their date, form, or medium; second, as an institution or service tasked with the acquisition, preservation, organization, and dissemination of archival materials; and third, as a physical space or building specifically designed for storing documents and archives.

Amidst the construction of the new National Archives building at the Cidade Universitária in Lisbon, Mattoso was appointed, by Order 55/86 dated 3 July 1986 (*DR II Series*, no. 150), to lead the Commission for the Reform and Restructuring of the National Archives of Torre do Tombo (CRRANTT). In 1988, he took on the role of President of the newly formed Portuguese Institute of Archives (IPA), established by Decree-Law no. 152/88 of 29 April. Under his leadership, the IPA prioritized the reintegration of Portugal into the *Guide to Portuguese Sources for the History of Nations*, a project initiated by the International Council on Archives (ICA) in collaboration with UNESCO. It also developed ARQBASE, a system designed to standardize the description of historical records and facilitate digital networking between national, district, and municipal archives – including those of Portuguese-speaking African countries (PALOP).

Another major initiative under Mattoso's guidance was the regulation of public document management through a legally binding technical framework that simplified the drafting process of specific regulations. This was enacted through Decree-Law 447/88 of 10 December. Additionally, the IPA created career guidelines for professionals in libraries, documentation, and archives (BAD), formalized by Decree-Law No. 247/91 of 10 July. It also laid out the general legal framework for archival management and heritage, establishing clear rules on the accessibility of archival documents, as defined in Decree-Law No. 16/93 of 23 January.

In 1996, José Mattoso was appointed Director of the National Archives Institute/Torre do Tombo, a role defined by the Organic Law set forth in Decree-Law No. 60/97 of 20 March. As Director, he led the development of the General Guide to the Torre do Tombo Collections, the cornerstone of internal archival work. This guide serves as a key reference tool, offering high-level descriptions of documentary collections, background on the originating institutions, structural details of the materials, available finding aids, related bibliographic resources, and more.



MINISTÉRIO DA CULTURA



T O R R E
D O
T O M B O

Instrumentos de Descrição Documental

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo

Primeira Parte
Instituições do Antigo Regime

Volume I
Administração Central (1)

LISBOA 1998

GUIA GERAL DOS FUNDOS DA TORRE DO TOMBO

1ª PARTE: INSTITUIÇÕES DO ANTIGO REGIME.

VOL. 1: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (1)

Coordenação de José Mattoso, Maria Madalena Moura Machado Garcia, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e José Mariz. Prefácio de José Mattoso.
Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998.

JOSÉ MARIA SALGADO
DGLAB / ANTT

**BERNARDO VASCONCELOS E
SOUSA**
IEM-NOVA FCSH

Enquanto entidade definidora e reguladora da Política Arquivística Nacional, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) regia-se pela Lei Orgânica estabelecida pelo Decreto-Lei nº 42/96, de 7 de Maio. Além da Torre do Tombo, compreendia dezasseis Arquivos Distritais em fase de profunda renovação, incluindo os próprios edifícios, e ainda a Biblioteca Pública de Évora. Sob a direcção de José Mattoso foi desenvolvido um vasto programa integrado que contemplou a componente histórica, mas também a componente de gestão documental, assim abarcando os arquivos correntes, intermédios e definitivos.

No Arquivo Nacional, Mattoso definiu como prioridade a elaboração do *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, cujo plano estabeleceu com uma equipa coordenadora formada por experientes arquivistas, entre os quais a Dr^a Maria do Carmo Dias Farinha, a Dr^a Maria Madalena Garcia e o Dr. José Mariz. O volume I (*Administração Central - 1*) da Primeira Parte – *Instituições do Antigo Regime*, foi publicado em 1998, já depois de José Mattoso sair da Direcção do IAN/TT, mas ainda com um Prefácio de sua autoria, datado de Mértola, a 8 de Abril daquele ano. A obra continuaria a ser elaborada, num total de seis volumes, até 2005.

Com uma política de grande abertura, nomeadamente nos critérios de acesso público, vários foram os instrumentos de descrição documental então produzidos e publicados, contemplando fundos documentais de Antigo Regime, mas também documentação contemporânea, como é exemplo o inventário do Arquivo do Conselho da Revolução.

As indicações técnicas para a gestão documental mereceram também justificada atenção, disponibilizando-se claras linhas de orientação neste campo. Um exemplo foi a elaboração do *Manual para a Gestão de Documentos* ou das *Orientações Técnicas para a Avaliação de Documentação Acumulada*.

Um dos aspectos mais inovadores e originais no âmbito da definição e aplicação de uma política nacional de Arquivos foi o lançamento do *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais* (PARAM). Definido como uma atribuição do IAN/TT na sua Lei Orgânica, o PARAM forneceu apoio técnico e financeiro à instalação de Arquivos Municipais, através de um concurso cujas normas estavam definidas por Regulamento próprio. Até 2003, foi, assim, possível apoiar 114 Arquivos Municipais, desde a aquisição de material para o acondicionamento da documentação ou de estanteria, até à construção ou remodelação de instalações. Esta iniciativa, que encontrou grande eco junto das autarquias, foi uma bem sucedida forma de colaboração entre o IAN/TT e um muito amplo leque de Arquivos das Câmaras Municipais.

**GENERAL GUIDE TO THE FUNDS OF THE TORRE DO TOMBO,
VOL. 1: CENTRAL ADMINISTRATION (1998).**

Coordination by José Mattoso, Maria Madalena Moura Machado Garcia,
Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e José Mariz. Preface by José Mattoso.
Lisbon: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998.

JOSÉ MARIA SALGADO
DGLAB / ANTT

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA
IEM-NOVA FCSH

As the institution entrusted with the formulation and regulation of the National Archival Policy, the Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) operated under the framework established by Decree-Law No. 42/96, dated 7 May. In addition to the central Torre do Tombo repository, the institute encompassed sixteen District Archives – then undergoing substantial infrastructural renovations – and the Évora Public Library. Under the leadership of José Mattoso, a comprehensive and integrated archival programme was initiated, encompassing both the historical dimension and the document management continuum, including current, intermediate, and permanent records.

A key priority during Mattoso's tenure at the IAN/TT was the development of the *Guia Geral do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. This initiative, conceived in collaboration with a team of seasoned archivists – Dr. Maria do Carmo Dias Farinha, Dr. Maria Madalena Garcia, and Dr. José Mariz – sought to systematize archival holdings. The first volume (Central Administration – 1) of Part One, dedicated to institutions of the *Ancien Régime*, was published in 1998 following Mattoso's departure from the Institute, but retained a preface penned by him in Mértola on 8 April of that year. The project continued through to 2005, ultimately comprising six volumes.

In line with a policy of transparency and expanded public access, various tools for the description of archival collections were produced and disseminated. These included instruments for both historical documentation from the *Ancien Régime* and contemporary holdings, such as the inventory of the Archive of the Council of the Revolution.

Significant emphasis was also placed on technical guidance for records management. Among the notable outputs were the *Manual de Gestão de Documentos* and the *Normas Técnicas para Avaliação da Documentação Acumulada*, which offered clear procedural directives in this domain.

One of the most innovative components of the national archival policy was the establishment of the *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais* (PARAM). Mandated by the IAN/TT's Organic Law, this programme provided both technical and financial support for the development of municipal archival infrastructures. Assistance was allocated through a regulated competitive process, facilitating initiatives ranging from the procurement of archival materials and shelving to the construction and refurbishment of archival facilities. By 2003, PARAM had supported 114 municipal archives and was widely acknowledged for fostering effective collaboration between the IAN/TT and local archival institutions.

GENEALOGIA E HERÁLDICA: FONTES DOCUMENTAIS DA TORRE DO TOMBO. GUIA DA EXPOSIÇÃO

Organização, guião e textos de Luís Filipe Marques da Gama. Prefácio de José Mattoso.
Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997.

O ARQUIVO DA PIDE/DGS NA TORRE DO TOMBO. GUIA DA EXPOSIÇÃO

Coord. Eugénia Ribeiro da Costa. Apresentação de José Mattoso.
Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA
IEM-NOVA FCSH

No quadro da actividade de divulgação dos seus fundos documentais, o Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo realizou nas instalações do Arquivo Nacional várias exposições durante o período em que José Mattoso foi seu Director. O critério foi o da diversidade temática, procurando cobrir áreas que pudessem corresponder ao interesse de públicos diversificados.

Assim, a primeira mostra, que teve lugar entre Novembro de 1996 e Janeiro do ano seguinte, foi sobre *Genealogia e Heráldica*, organizada pelo Dr. Luís Filipe Marques da Gama, funcionário do IAN/TT. Foram expostos documentos de grande interesse histórico e valor artístico existentes na Torre do Tombo, tendo sido publicado um *Guia* da exposição.

Um dos fundos arquivísticos que mais interesse vinha despertando junto de investigadores da História Contemporânea portuguesa e mesmo de um público alargado era o Arquivo da PIDE/DGS, a antiga polícia política da ditadura do Estado Novo. A exposição, organizada pela arquivista da Torre do Tombo Dr^a Eugénia Ribeiro da Costa, esteve patente de 24 de Abril a 21 de Junho de 1997. Na *Apresentação* do Catálogo, José Mattoso sublinhou “o carácter um tanto “neutro” que a Direcção tinha de conferir a esta exposição (...) A verdade, porém, é que os arquivistas têm de evitar cuidadosamente emitir seja que juízo for acerca da documentação que lhes foi confiada (...). A tarefa de exploração dos conteúdos compete a outras instâncias”.

Nestas e noutras mostras documentais realizadas pelo IAN/TT sob a direcção de José Mattoso, o objectivo foi sempre o da divulgação, procurando corresponder à curiosidade e suscitar o interesse de públicos muito diferentes. Uma atenção especial foi dedicada aos estudantes do Ensino Secundário, com dezenas de escolas a visitarem as exposições e a própria Torre do Tombo.

ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO

GENEALOGIA E HERÁLDICA
FONTES DOCUMENTAIS DA TORRE DO TOMBO



GUIA DA EXPOSIÇÃO

NOVEMBRO/96 - JANEIRO/97

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Guia da exposição

O Arquivo da

PIDE/DGS

na Torre do Tombo



De 24 de Abril a 21 de Junho de 1997

EXHIBITION GUIDES: GENEALOGY AND HERALDRY. DOCUMENTARY SOURCES FROM THE TORRE DO TOMBO (1996).

Organisation, guide and texts by Luís Filipe Marques da Gama; preface by José Mattoso.
Lisbon: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997.

THE ARCHIVE OF THE PIDE/DGS (“INTERNATIONAL AND STATE DEFENCE POLICE/GENERAL DIRECTORATE OF SECURITY”) IN THE TORRE DO TOMBO (1997).

Coordination by Eugénia Ribeiro da Costa; presentation by José Mattoso.
Lisbon: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA

IEM-NOVA FCSH

As part of its strategy to promote its documentary holdings, the Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) organized a series of exhibitions during the directorship of José Mattoso. These initiatives were guided by a commitment to thematic diversity, aiming to address a broad spectrum of interests and thereby engage a wide-ranging audience.

The inaugural exhibition, held between November 1996 and January 1997, focused on Genealogy and Heraldry. It was curated by Dr. Luís Filipe Marques da Gama, an IAN/TT staff member. The exhibition featured documents of notable historical and artistic significance from the Torre do Tombo collections and was accompanied by a published guide.

Among the archival collections that garnered considerable attention from both scholars of contemporary Portuguese history and the general public was the PIDE/DGS Archive, which documented the activities of the Estado Novo's former political police. An exhibition centred on this collection, curated by IAN/TT archivist Dr. Eugénia Ribeiro da Costa, was presented from 24 April to 21 June 1997. In the exhibition catalogue's introduction, José Mattoso highlighted the necessity for the Directorate to maintain a “somewhat neutral” stance regarding the exhibition. He emphasized the professional obligation of archivists to refrain from interpretative judgments about the records under their care, asserting that such interpretive tasks fall within the remit of other institutions.

Throughout these and other documentary exhibitions curated under Mattoso's leadership, the overarching objective remained the dissemination of archival information in a manner that would foster public interest and intellectual engagement across diverse demographic groups. Particular emphasis was placed on outreach to secondary education students, as evidenced by the numerous school visits to both the exhibitions and the Torre do Tombo itself.

A.M.S. 111

SARJOM
15.10.64



FOLHAS MANUSCRITAS DE APONTAMENTOS COM DESENHOS

José Mattoso, 1959-1964.
Campo Arqueológico de Mértola (AJM 5).

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
IEM-NOVA FCSH

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA
IEM-NOVA FCSH

JOÃO LUÍS FONTES
IEM-NOVA FCSH

LUÍS FILIPE OLIVEIRA
UAlg; IEM-NOVA FCSH

José Mattoso confiou o seu espólio pessoal à Torre do Tombo e ao Campo Arqueológico de Mértola. Apesar de ainda não estar tratado arquivisticamente e portanto inacessível ao público, foi possível selecionar e apresentar na exposição alguns documentos que permitem iluminar momentos do seu percurso de vida, desde os tempos em que, ainda monge beneditino, desenvolvia uma vasta e rigorosa investigação sobre as comunidades monásticas beneditinas, até aos momentos de grande protagonismo como medievalista de referência, quer nacional quer internacionalmente, protagonismo esse revelado pelos seus contactos com medievalistas estrangeiros de renome, ou ainda quando assumiu cargos de grande significado e importância para a definição da política nacional de arquivos.

Destacam-se aspectos que revelam facetas menos conhecidas de José Mattoso, como o seu gosto pelo desenho, com o qual registou elementos visualizados nas visitas que fez a edifícios monásticos, ou o cuidado e erudição com que preparava a sua investigação, presente nas suas folhas e cadernos de notas, ou ainda como estava atento a tudo o que se publicava, como fica evidenciado nas anotações que ia acrescentando nas margens do seu exemplar do livro *Identificação de um País*.

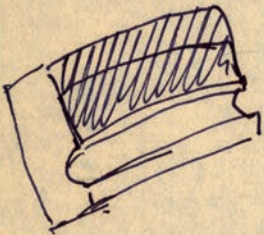
A numerosa correspondência conservada no espólio dá-nos a conhecer o intenso diálogo científico que mantinha com os seus pares, quer portugueses quer estrangeiros, o acompanhamento que fazia de jovens investigadores através da leitura crítica dos seus trabalhos ou da resposta a dúvidas e questões, a disponibilidade que sempre encontrava para responder a solicitações da sociedade portuguesa, quer estas lhe pedissem o desempenho de cargos de grande responsabilidade, como aconteceu na Universidade Nova ou nos Arquivos Nacionais, ou apenas quisessem que fosse falar sobre temas de História Medieval para públicos não especializados, um pouco por todo o país.

O arquivo pessoal de José Mattoso conserva, pois, o rasto de um público reconhecimento, mas também da partilha crítica do que ia lendo, escrevendo e pensando. Numa obra que, até ao fim, se foi refazendo, nessa procura sempre presente de compreensão da própria Humanidade, inscrita no espaço e no tempo da História.

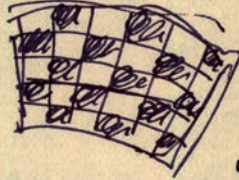
A-74.5.112.4

PENDORADA
10 Jul. 59

Pedras ~~da~~ ^{em} tone
encontradas em tone, do lado de dentro



2



← várias ^{iguais} no aparelho
do corpo de igreja, lado
do Evangelho da parte
de fora



(2) ^{também} fimo no corpo de igreja

HANDWRITTEN SHEETS OF NOTES WITH DRAWINGS, BY JOSÉ MATTOSO.

José Mattoso, 1959-1964. Campo Arqueológico de Mértola (AJM 5).

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE

IEM-NOVA FCSH

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA

IEM-NOVA FCSH

JOÃO LUÍS FONTES

IEM-NOVA FCSH

LUÍS FILIPE OLIVEIRA

UAlg; IEM-NOVA FCSH

José Mattoso entrusted his personal archive to the Torre do Tombo and the Campo Arqueológico de Mértola. Although this archive has not yet been fully processed and remains inaccessible to the public, a selection of documents has been curated for exhibition, offering valuable insights into various phases of his life and scholarly trajectory. These materials trace his intellectual development from his early years as a Benedictine monk – during which he undertook meticulous and comprehensive research on Benedictine monastic communities – to his emergence as a prominent medievalist with both national and international stature. This latter role is evidenced through his correspondence and engagement with esteemed foreign scholars, as well as his influential participation in shaping Portuguese archival policy.

The exhibition also foregrounds lesser-known aspects of Mattoso's intellectual and personal life. Noteworthy among these are his drawings – produced during visits to monastic sites – that reveal an aesthetic sensibility and a visual method of documentation. His preparatory materials, including annotated notebooks and marginalia, attest to the scholarly rigor and critical discernment he brought to his research. Of particular significance are the annotations found in his personal copy of *Identificação de um País* (“Identification of a Country”), which reflect his dialogical approach to reading and ongoing engagement with published scholarship.

The extensive correspondence preserved in the archive further illuminates the depth and breadth of his academic interactions. These letters document sustained scholarly exchanges with both Portuguese and international colleagues, his mentorship of emerging researchers through critical feedback and thoughtful responses, and his consistent responsiveness to the broader demands of civil society. Whether through his leadership roles at institutions such as Universidade Nova and the National Archives, or through his efforts to communicate medieval history to general audiences across the country, Mattoso remained committed to the public dissemination of historical knowledge.

In sum, José Mattoso's personal archive not only bears witness to the public recognition he received, but also reveals the intellectual generosity and critical self-reflection that characterized his lifelong scholarly practice. His work, which remained in continuous revision until the end of his life, reflects a persistent and profound engagement with the historical conditions of human existence.



BIBLIOGRAFIA CITADA • BIBLIOGRAPHY OF WORKS CITED

- ANDRADE, Amélia Aguiar e FONTES, João Luís, coord. (2015a) – *Anões às costas dos grandes gigantes do passado. Poder, mitos e memórias na sociedade medieval: contributos de Luís Krus*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais / CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/29099>.
- ANDRADE, Amélia Aguiar e FONTES, João Luís, coord. (2015b) – *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) : tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/29098>
- ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.), FONTES, João Luís Inglês, SILVA, Gonçalo Melo e BARCELOS, Hugo Aguiar (colab.) (2005- 2008) – *REGNUM REGIS – As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [base de dados online]. IEM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1951; ed., 1954, 1961, 1990 e 2009) – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1957) – “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”. In *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade*. Lisboa: FLUL, pp. 168-215.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley e MATTOSO, José (1989) – “Luís Filipe Lindley Cintra (entrevista dirigida por José Mattoso)”. *Penélope. Fazer e Desfazer História* 3, pp. 63-90.
- DMP-DC (1980) – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. IV, tomo I - A. D. 1116-1123. Org. de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História
- DOMINUS REX (2020) – *Dominus Rex: as inquirições medievais dos reis de Portugal: catálogo da mostra documental = The Medieval Inquiries of the Kings of Portugal: catalogue of the documental exhibition* (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 20 de outubro a 23 de novembro de 2020). Coord. Amélia Aguiar Andrade, José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Filipa Roldão, João Luís Fontes. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais - NOVA FCSH / Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/107600>
- FERNANDES, Hermenegildo (2022) – “José Mattoso ou a contemplação como exaltação”. *Medievalista [Online]*, 31 [consultado a 02 fevereiro 2022]. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/5064>
- FONTES, João Luís; SERRA, Joaquim Bastos; ANDRADE, Maria Filomena (2010) - *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Colibri-Cidehus.
- GENICOT, Léopold (1972) – “Introduction”. In *Typologie des sources du Moyen Âge occidental*, vol. 1. Thorun: Brepols.
- GRAF, Gerhard N. (dir.) (1986-1987) – *Portugal roman*. Paris: Zodiaque, 2 vols.
- HERCULANO, Alexandre (ed.) (1888) – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum, Inquisitiones. Volumen I*. Lisboa. Disponível em <http://purl.pt/12270>.

- HERCULANO, Alexandre (1907) – “Cartas IV e V sobre a História de Portugal”. In *Opúsculos*, vol. V. Lisboa, 1907 [1842], pp. 97-126 e 140-152.
- HERCULANO, Alexandre (1980) – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Prefácio e notas críticas de José Mattoso, 4 vols. Amadora: Livraria Bertrand.
- KRUS, Luís (1994) – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT.
- LIVRO DE LINHAGENS (1980) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. crítica de José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, “*Portugaliae Monumenta Histórica*, nova série, 2”.
- LIVROS VELHOS (1980) – *Livros Velhos de Linhagens*. Ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, “*Portugaliae Monumenta Histórica*, nova série, 1”.
- MATTOSO, José (1954) – “O românico beneditino em Portugal”. *Ora et Labora*, 1, pp. 25-34, 144-151, 203-213, 270-277, 313-320.
- MATTOSO, Fr. José de Santa Escolástica (1958) – “Correspondência Diplomática de Fr. Bento de Santa Gertrudes, João Pedro Ribeiro e Fr. Francisco de S. Luís”. *Lusitania Sacra*, 1ª série, 3, pp. 257-305.
- MATTOSO, José (1962) – “L'abbaye de Pendorada: des origines à 1160”. *Revista Portuguesa de História* 7, pp. 1-192.
- MATTOSO, José (1964) – “Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto”. *Anuario de estudios medievales* 1, pp. 139-166.
- MATTOSO, José (1966) – “Inventário dos fundos dos antigos mosteiros beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga”. *Bracara Augusta*. Vol. 20, fasc. 45-46 (57-58), pp. 358-412.
- MATTOSO, José (1968) – *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocese de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain: Imp. Orientaliste.
- MATTOSO, José (1968-1969) – “As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI”. *Studium Generale* 12, pp. 59-115.
- MATTOSO, José (1969) – “A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII”. *Anuario de Estudios Medievales* 6, pp. 465-520.
- MATTOSO, José (1970) – “Documentos beneditinos da Torre do Tombo”. *Lusitania Sacra* 8, pp. 223-305.
- MATTOSO, José (1976) – “Os livros de linhagens portuguesas e a literatura europeia da Idade Média”. *Armas e Troféus*, 3ª série, 5, pp. 132-150.
- MATTOSO, José (1977) – “As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro”. In *A historiografia portuguesa anterior a Herculano: actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 21-66.
- MATTOSO, José (1981a) – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1981b) – “O Românico português. Interpretação económica e social”. *Minia*, 2ª Série, 4, pp. 5-24.
- MATTOSO, José (1982a) – “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”. In *Colóquio Antoniano. Actas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 61-72.
- MATTOSO, José (1982b) – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães editores.
- MATTOSO, José (1983a) – “D. Afonso II, o Gordo”. In *História de Portugal*. Dir. José Hermano Saraiva, vol. I. Lisboa: Alfa, pp. 531-551.

- MATTOSO, José (1983b) – *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento: «A voz da terra ansiando pelo mar»*. *Antecedentes dos Descobrimentos (Catálogo do núcleo da Madre de Deus da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- MATTOSO, José (1983c) – “João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz”. *Boletim de Filologia* 28, pp. 99-122.
- MATTOSO, José (1983d) – *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATTOSO, José (1985) – “Estratégias da pregação no século XIII”. *Ler História* 5, pp. 105-118.
- MATTOSO, José (1985-1986) – *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*, 2 vols. Lisboa: Estampa.
- MATTOSO, José (1986) – “A realeza de D. Afonso Henriques”. *História & Crítica* 13, pp. 5-14.
- MATTOSO, José (1987) – “Da comunidade primitiva ao município: o exemplo de Alfaiates”. *Estudos Medievais* 8, pp. 29-53.
- MATTOSO, José (1993a) – “Anais”. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 50-52.
- MATTOSO, José (dir.) (1993b) – *História de Portugal*. Vol. II – *A Monarquia Feudal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (1999a) – “A Cúria régia de 1211 e o direito canónico”. *Direito e Justiça. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa* 13/2, pp. 129-142.
- MATTOSO, José (1999b) – “O imaginário da iluminura medieval”. In MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *Iluminura em Portugal: Identidade e Influências. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 25-37.
- MATTOSO, José (1999c) – “A transmissão textual dos livros de linhagens”. In FARIA, Isabel Hub (org.) – *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos e FLUL, pp. 565-584.
- MATTOSO, José (2001) – “O triunfo da monarquia portuguesa (1258-1264): ensaio de história política”. *Análise Social* 35/157, pp. 899-935.
- MATTOSO, José (2016) – “Prologus”. in SOUSA, Luís Correia de (ed.) – *IN PRINCIPIO. A Bíblia Medieval em diálogo com a pintura de Ilda David*. Lisboa: Fundação EDP / Documenta, pp. 5-8.
- MATTOSO, José (2020) – *A História Contemplativa. Ensaio*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José e FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias (coord.) (2002) – *Ordens monástico-conventuais: inventário*. Elab. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. Lisboa: IAN-TT.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia Aguiar (1986) – “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”. *Paços de Ferreira. Estudos Monográficos*. Dir. Arménio da Assunção Pereira. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, pp. 171-243.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia Aguiar (1989) – *O Castelo e a Feira: a Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís e BETTENCOURT, Olga (1982) – “As Inquirições de 1258 como fonte de História da Nobreza: o julgado de Aguiar de Sousa”. *Revista de História Económica e social* 9, pp. 17-74.
- MATTOSO, José e PIRES, Silvana (2000) – “Arquivos Eclesiásticos”. In GUEDES, Natália Correia; CRUZ, Manuel Braga da (eds.) – *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*. Lisboa: UCP, pp. 259-272.

- PEDRO, Susana Tavares (2013) – *As 'Notícias' Medievais Portuguesas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-FCT.
- SILVA, Nuno Espinosa Gomes da (1979) – “Sobre a lei da Cúria de 1211 respeitante às relações entre as leis do Reino e o Direito Canónico”. *Revista Jurídica* 1, pp. 13-19.
- SILVA, Nuno Espinosa Gomes da (1998) – “Ainda sobre a lei da Cúria de 1211 respeitante às relações entre as leis do Reino e o Direito Canónico”. *Direito e Justiça. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa* 12, pp. 4-36.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) (2005) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico*. Elab. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, colab. João Luís Fontes e Luís Filipe Oliveira. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (s.d.) – “Mattoso, João José da Conceição Gonçalves”. In MATOS, Sérgio Campos (coord.) – *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Disponível em https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_mattoso.htm.



José Mattoso

Fazer a História, Repensar o Arquivo
Making History, Rethinking the Archive



Apoio / Support:

